



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

DANIEL DO NASCIMENTO SILVA

**“QUAL FOI O NOSSO TRATO, LAO?”: O CAMBÃO, AS LIGAS CAMPONESAS E
O PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO DO CAMPESINATO (1940s - 1960s)**

**RECIFE
2025**

DANIEL DO NASCIMENTO SILVA

**“QUAL FOI O NOSSO TRATO, LAO?”: O CAMBÃO, AS LIGAS CAMPONESAS E
O PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO DO CAMPESinATO (1940s-1960s)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura em História da
Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para obtenção do título de
licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. José Marcelo Marques Ferreira Filho

RECIFE

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Daniel do Nascimento.

"Qual foi o nosso trato, Lao?": o cambão, as Ligas Camponesas e o processo de proletarianização do campesinato (1940s - 1960s) / Daniel do Nascimento Silva. - Recife, 2025.

57 : il., tab.

Orientador(a): José Marcelo Marques Ferreira Filho

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura, 2025.

Inclui referências.

1. Cambão. 2. Ligas Camponesas. 3. Marxismo. 4. Estranhamento. 5. Proletarianização. I. Ferreira Filho, José Marcelo Marques. (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

DANIEL DO NASCIMENTO SILVA

**“QUAL FOI O NOSSO TRATO, LAO?”: O CAMBÃO, AS LIGAS CAMPONESAS E
O PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO DO CAMPEPINATO (1940s-1960s)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura em História da
Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para obtenção do título de
licenciado em História.

Aprovado em: 20/02/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Marcelo Marques Ferreira Filho (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfírio (Examinador Externo)
Colégio de Aplicação UFPE

Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba

*Dedico esta monografia aos meus pais,
Damião e Kátia, que abdicaram de suas
juventudes para que eu tivesse a minha.*

AGRADECIMENTOS

Para agradecer preciso voltar ao passado. Preciso mencionar que cada palavra deste trabalho assentou-se em um Daniel pré-adolescente que tentou, de alguma maneira, entender o mundo em sua volta. De uma criança que ansiava por mudanças e questionava as estruturas que o cercavam. Agradeço, por isso, as duas docentes que foram as primeiras ao tentar direcionar meus questionamentos para o passado: Isabela Dias e Ana Mendonça. Que buscaram me munir de instrumentos para uma compreensão do presente. Meus mais genuínos agradecimentos! Muito de vocês e de suas aulas estão nas palavras desse trabalho.

Agradeço também aos meus familiares, base de toda minha vivência e que nunca podaram meus desejos e anseios. Em especial minha avó, Josefa, que nunca desacreditou de seu neto e de suas vontades, sendo a primeira pessoa que me ensinou sobre amar, cuidar e proteger. Vovó, sempre que me pedirem para falar de amor, eu falarei de você. Muito obrigado por todo carinho, por todo almoço, por todo abraço, pelos questionamentos, pelos dias que me acordou de madrugada para que não perdesse o horário das aulas, pela crença de que o futuro me reservava muita fé e esperança. Continuo e continuarei caminhando em respeito a toda fé e crença que a senhora deposita em minhas ações.

A minha tia Cosma, que continua sendo a parte viva de meu pai, meus agradecimentos por todo o suporte que me foi dado, não apenas durante a graduação, mas em toda a vida escolar. Nunca esquecerei de que era para a senhora que ligava toda a vez que esquecia algo importante para meus trabalhos durante o meu ensino básico.

A minha mãe, que nunca desacreditou e sempre esperançou meus passos, meu muito obrigado. Obrigado por me abraçar quando imaginei ser rejeitado, por olhar nos meus olhos com uma voz que me passou a segurança de que sou fruto de muito amor. Hoje sei que não há vergonha nenhuma em amar e que o amor, esta dádiva dos deuses, precisa ser vivenciado plenamente no pouco de tempo que nos é oferecido.

A minha vó, Genilda, que sempre me recebeu de braços abertos em sua casa e me permitiu modificar seu cotidiano por acreditar no meu futuro. Ao meu avô, Marcos, por todo o suporte dado nas noites que me levou e buscou na parada para que eu tivesse segurança.

Aos meus irmãos, Dalton e Danúbia, minhas primas Clara e Isadora e todos os familiares que sempre estiveram dispostos a perguntar, entender e incentivar minha trajetória. Durante toda minha graduação e vida, tive uma imensa rede de apoio em minha família, da qual tenho certeza que permanecerá enquanto eu viver. A todos os meus familiares, meus eternos agradecimentos. Amo vocês!

Aos meus amigos, que de longe ou perto, estiveram dispostos a aliviar o peso de uma graduação. Meu muito obrigado. A Joyce Santos, amiga de grandes aventuras, sempre presente nos meus erros e acertos com uma disposição inacreditável para me entender. Te amo amiga, obrigado por tanto.

Aos meus amigos que construí na faculdade e ao me mudar para Recife: Rodrigo Moreira, Carlos Vitoi, Cheyenne, Marina Pires, Helena Pimentel, Giovanna Rodrigues, Leila, Paulyane, Laura, Manuela, Rebeca, Silvio, Lucas, Camila, Márcio, Claudiane e Dawyd por tantas risadas e momentos absurdos compartilhados juntos, tais como choro dos amores findados, bebedeiras e idas aos cafês, sorveterias e lanchonetes. Obrigado, amigos. Que venham mais enrascadas, pois somos jovens e dispostos.

Aos meus amigos de Vitória, que acompanharam do vestibular até agora: Deborah, Renata, Carolina, Pedro, Helena, Dabinha, Junior, Paulinho, Guilherme, Joyce Freitas, Chrislayne, Luisa Sandrelly, Aline, Gabriela Alves, Duda Santos e Gabi Germano por todas as noites que poderia estar sozinho em Vitória, mas que vocês dispuseram tempo para construir memórias comigo. E a Carolina, novamente, por sempre lembrar minha aprovação em primeiro lugar no curso, acho engraçado porque ela já falou isso mais do que eu. Obrigado, meus amigos.

As minhas meninas do Memorial da Justiça: Jacielly, Anne e Sttephanny que me aguentaram por quase 2 anos fazendo gracinhas sobre todas as coisas que aconteciam. A elas e a toda a equipe do Memorial, em especial, Suzane, minha supervisora, meus agradecimentos por todo o suporte prestado.

Agradeço especialmente a uma amiga substancial na minha formação docente, Débora Kelly. Obrigado amiga pelos 18 meses em que juntos enfrentamos uma turma de 9º ano em um dos colégios mais prestigiados do país. Foi com você que aprendi que somos maiores que nossos medos e que uma sala de aula pode ser um espaço acolhedor, de carinho e transformação.

Reservo este espaço para uma amiga de última hora, feita nas trincheiras de um evento: Luiza Azevedo. Obrigado por ler várias vezes e de cabo a rabo este trabalho. Por toda revisão atenta feita. Pelos comentários e as sugestões de reescritas acatadas com muito respeito. Sinto que ganhei uma grande amiga aos 45 do segundo tempo. Muito obrigado por toda ajuda.

A José Marcelo Marques, meu orientador, por todo apoio, reuniões e conversas sinceras sobre o rumo deste trabalho. Uma orientação de quase dois anos que pude aprender muito. Meu agradecimento pelo direcionamento tão precioso e todas as sugestões de reescrita

de cada frase. Sempre lembrarei o básico: sujeito, verbo e complemento. Obrigado por todo o suporte, professor.

Agradeço, também, aos professores Pablo Porfírio e Tiago Bernardon por aceitarem ler e avaliar o meu trabalho. Muito obrigado. Agradeço também pelas sugestões feitas durante a defesa deste trabalho e que foram acatadas com muito respeito e responsabilidade.

Certa vez, inventei de ler Carla Madeira num desses recessos de 15 dias. Apreendi muito. E passei a pensar nas inúmeras possibilidades e cenários que poderia ter vivido durante a graduação. Somos cerca de 8 bilhões de pessoas no mundo e isso me leva a crer na seguinte questão: há um certo milagre nos encontros. Entre os erros e acertos que tive no Enem, o Sisu, as possibilidades de cursar outras graduações e a disponibilidade de turno no curso, tive o milagroso prazer de vivenciar um encontro com 6 pessoas: Caroly, Hugy, Gaby, Thaw, Luby e Zezy. Um encontro que poucos terão a oportunidade de vivenciar em uma vida. Seis pessoas que sonham, pensam igual e, ao mesmo tempo, diferente de mim. Acredito, depois disso, que para o amor se instalar é preciso realmente de uma pequena coincidência.

Com Maria Carolina, aprendi que as relações são formadas por muita conexão e que a vida só faz sentido quando você encontra uma alma irmã em sua caminhada.

Com Hugo José, aprendi que existe um espaço real permitindo a existência de homens gigantes que são, na realidade, crianças fofinhas. Sua gentileza, calma e elegância me ensinam muito, obrigado.

Com Gabriel Marques, aprendi que tirar onda com as situações mais absurdas que nos acontecem podem transformar situações horríveis em histórias boas, engraçadas e, até mesmo, leves. Agradeço demais por isso.

Com Thawanny Victoria, aprendi a considerar sempre as questões de gênero e que, apenas nós, os interioranos, sabemos as dinâmicas exclusivas de nossos deslocamentos para outros cenários. A gente que é do interior, a gente sabe. Muito obrigado por compartilhar, do começo ao fim, toda a experiência universitária e caminharmos em direção à pós-graduação.

Com Luísa Longo, tenho aprendido muito sobre afeto, há uma força imensamente confortável em nossas trocas. Te adoro, Luby. De longe ou de perto, você sempre ocupará um espaço muito bonito nas minhas memórias.

Com José Guilherme, aprendi muito sobre posicionamento, força e humor. Nós homens pequenos como botões sabemos que nossas vidas muito mais nos une do que separa. Obrigado por tanto, galeeners. Espero que esse encontro seja um acaso de algumas outras vidas que viveremos.

Por fim, peço perdão pelo enorme agradecimento que escrevo. Acredito que seja o meu senso de coletividade o grande responsável pelas palavras que foram escritas. Mas a verdade é que a existência desta monografia só foi possível nas trocas de experiências que tive com todos os mencionados [corre risco de alguém ter ficado de fora]. Por isso, não posso fugir de mim: sou um retalho de experiências coletivas. Espero que gostem do que escrevi.

“Devemos lembrar que há um primeiro pressuposto de toda a existência humana, a saber, que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de fazer história. Mas, para viver, é necessário antes de mais nada beber, comer, ter um teto onde abrigar-se, vestir-se, etc.”

(Karl Marx)

RESUMO

O presente escrito tem como objetivo analisar as modificações nas relações de trabalho no mundo rural entre os anos de 1940 e 1960. A partir de 1955, com a atuação das Ligas Camponesas foi possível verificar uma série de denúncias relativas às explorações vivenciadas pelos camponeses. Entre as críticas, o *cambão* — imposto comum na época — aparecia enquanto afronta à liberdade e autonomia dos trabalhadores que viam-se obrigados a trabalhar nas terras do *senhor de engenho* de forma gratuita e sem remuneração. Esta pesquisa busca entender como a luta contra o *cambão* pode indicar o processo de proletarização do campesinato. Para este objetivo, analisaremos os jornais que mencionaram a movimentação dos camponeses contra a taxa, entre eles, o *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio* e *Liga* — este último está presente na Hemeroteca Luta pela Terra no Armazém da Memória — além das entrevistas encontradas nos anexos da dissertação de Reginaldo Silva. Ancorada em uma perspectiva marxista, averiguamos as aplicações do conceito de *estranhamento* na realidade campesina. Após estas investigações, concluímos que o *cambão* pode ser, na verdade, um bode expiatório para as modificações que o capitalismo orchestra neste período e que a proletarização pode ser explicada a partir do domínio quase absoluto das usinas e a deterioração da economia de subsistência, comum aos camponeses.

Palavras-chave: Cambão; Ligas Camponesas; Marxismo; Estranhamento; Proletarização

ABSTRACT

The aim of this text is to analyze the changes in labor relations in rural Brazil between 1940 and 1960. The years after the Second World War were marked by intense peasant struggles. During these years, the *cambão* - a tax that forced workers to work unpaid - mobilized hundreds of peasants against exploitation by the employer class. I argue that the fight against the *cambão* informs about the process of proletarianization. Based on a Marxist perspective, we analyzed records from three important newspapers: *Diario de Pernambuco*, *Jornal do Commercio* and *Liga*. Fighting against the *cambão* was fighting for freedom.

LISTA DE FIGURAS

[Figura 1: Matéria completa mencionada acima];.....	42
---	----

LISTA DE TABELAS

[Tabela refeita presente no livro As Ligas Camponesas];.....	31
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. O CAMPEsinATO NA HISTÓRIA.....	17
2.1. O BRASIL É CAPITALISTA?: O MUNDO RURAL E O CAMPEsinATO.....	17
2.2. O CAMPONÊS E O MUNDO.....	21
2.3. O CAMBÃO E O CAMPONÊS.....	24
3. “ONDE SE PÔE DEDO BROTA PUS”: AS LIGAS CAMPONESAS E SUA ATUAÇÃO NO MUNDO RURAL.....	26
3.1. O SURGIMENTO DA SOCIEDADE AGRÍCOLA E PECUÁRIA DOS PLANTADORES DE PERNAMBUCO (SAPPP).....	26
3.2. A CENTRALIDADE DO CAMBÃO NAS REIVINDICAÇÕES DAS LIGAS CAMPONESAS.....	29
4. UMA VOLTA NA TEORIA: ANÁLISE DOS CONCEITOS-CHAVE PARA A LEITURA DE MUNDO MARXISTA.....	32
4.1. O CONCEITO DE TRABALHO EM MARX.....	33
4.2. A EXTERIORIZAÇÃO EM MARX.....	34
4.3. O ESTRANHAMENTO EM MARX.....	36
5. A LUTA CONTRA O CAMBÃO: UM PROCESSO DE RESISTÊNCIA CONTRA A PROLETARIZAÇÃO DO CAMPEsinATO.....	38
5.1. A MATERIALIDADE E O CAMBÃO.....	40
5.2. A LINGUAGEM E O CAMBÃO.....	43
5.3. O PSICOLÓGICO E O CAMBÃO.....	46
5.4. MATÉRIA, LINGUAGEM E MENTE: UMA JUNÇÃO PARA A PROLETARIZAÇÃO.....	49
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	53
Fontes.....	53
Bibliografia.....	54

1. INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX foi responsável pela reorganização das relações de trabalho no mundo rural nordestino. Diante destas transformações, o campesinato aparece enquanto um grupo político capaz de pressionar suas reivindicações e pautar debates importantes para o Brasil. Durante boa parte das décadas de 1950 e 1960, por exemplo, a maioria dos jornais guardava um espaço, mesmo que mínimo, para noticiar atuações orquestradas por esses grupos (Porfírio, 2008).

O lugar ocupado pelo mundo rural nesse período se centra na ausência de direitos básicos, e isso também se coloca num espaço marcado pela violência e perseguição aos tidos ‘subversivos’. Não é difícil encontrar relatos que demarquem o descumprimento dos princípios da dignidade da pessoa humana: o bem nascer, o bem viver e o bem morrer.

Francisco Julião relata, no seu livro *Cambão* (2013), as dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores rurais quando se apoia na ideia de que “o foreiro de 50 e de 30 anos passados [Julião escreveu essas letras nos anos 1960] tinha uma vida menos insegura do que aquele que ainda permanece no Nordeste brasileiro” (Julião, 2013, p. 43). Percebe-se, por isso, a queda da qualidade de vida ao longo do tempo¹ devido sobretudo a tomadas dos pequenos sítios, à expansão do cultivo da cana-de-açúcar e ao aumento do foro. É neste íterim, que surge no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, uma organização intitulada Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP).

A SAPPP, a partir de então, passou a voltar suas discussões para problemas que amargam as trajetórias de inúmeros camponeses. Buscaram, em seu período de existência, maneiras de conscientizar os camponeses de suas explorações (Silva, 2015), e apesar de suas vivências conseguirem indicar que sua realidade não era ideal, seria necessário procurar um método de atuação. Um caminho foi encontrado: entender o campesinato pelo seu próprio eixo de explicação, sua filosofia e crença era defendido como a metodologia capaz de aglutinar e difundir o descontentamento desses trabalhadores.

¹ É preciso fazer uma ressalva com relação a essa afirmativa, pois, embora se reconheça a existência de uma queda na qualidade de vida, isso não implica dizer que os índices anteriores fossem positivos. Pelo contrário, as condições de vida do homem nordestino já eram marcadas por uma série de dificuldades. Esta explicação é fundamental para evitar a reprodução de interpretações equivocadas, como a noção, defendida por Gilberto Freyre, de que os escravizados no período colonial viviam em melhores condições ou eram bem alimentados.

Foi durante as reuniões desse movimento que emergiu a figura de Lao, “camponês pálido e franzino” (Julião, 2013, p. 150), que se deparou com a diferença entre a letra da lei e sua prática. Afinal, camponês e locatário, ele mantinha com seu patrão um trato: o pagamento, em trabalho gratuito, pelo aluguel da terra. Após as discussões no encontro da Liga, silencioso e pensativo sobre as coisas da lei, Lao decidiu: não pagará mais o *cambão*. Falta ao trabalho nos dias de pagamento do eito, sendo, por isso, convidado para uma reunião com o *senhor de engenho* que buscava explicação. Contudo, consciente de sua razão, o camponês foi firme ao não pagamento do imposto. Ofendido com tamanha audácia, perguntou o patrão: “Qual foi o nosso trato, Lao?” (Julião, 2013, p. 151).

Os momentos que seguem desta conversa evidenciam os contrastes presentes durante a atuação das Ligas Camponesas. A menção feita a Lao por Francisco Julião nos ajuda a compreender o processo de desnaturalização das dinâmicas de exploração presentes no campo. Sendo assim, desde o momento da recusa ao pagamento do imposto, sustentado na ilegalidade deste acordo, essa postura será respondida com ameaças, já que “quinze dias depois desse diálogo, ‘riscou’ no seu terreiro, [...] um capanga com revólver de cano” (Julião, 2013, p. 154).

Por esse motivo, para uma melhor compreensão do contexto dessa organização será necessário analisar o *cambão*² enquanto fio condutor desta monografia. Na documentação, essa taxa é personificada como um dos problemas centrais que amarravam os camponeses à miséria, visto que a imagem que este grupo detinha desta prática estava repetida nos discursos que evocavam o passado escravista, sendo tratada por: “É sujeição. É trabalho escravo” (Julião, 2013, p. 152).

Nesta monografia, o uso dos elementos discursivos são encarados como primordiais para entender o entusiasmo e as reivindicações materiais desses camponeses. Por essa razão, ao observar em que sentido as associações feitas do *cambão* com “trabalho de graça” e “sujeição de escravo” (Julião, 2013, p. 139) podem auxiliar na compreensão da proletarianização desses grupos. Essas percepções, unidas aos conceitos importantes para a teoria marxista, tais como *trabalho*, *exteriorização* e *estranhamento*, contribuem para analisarmos as modificações das relações de trabalho.

² Imposto comum no mundo rural que consistia no pagamento, em trabalho gratuito, pela utilização da terra alugada pelo *senhor de engenho*. A grande questão em torno da taxa estava no fato de que, normalmente, os dias de pagamentos eram exigidos nos períodos de plantio da cana e terminam por prejudicar os trabalhadores em sua própria lavoura. Dessa forma, o trabalhador ficava prejudicado pela menor quantidade de tempo que poderia cuidar de seu roçado, dificultando, por esse motivo, a sua subsistência e a possibilidade de comercialização do excedente. Ver em: (Julião, 2013) e (Silva, 2015).

Essas narrativas, obviamente, não se esgotam em seus símbolos, mas adentram na realidade material como forma de modificá-la, isso porque as lutas concretas caminham de mãos dadas com as posições tomadas pelos discursos forjados nas articulações das Ligas. Esse dado é perfeitamente identificado em matérias como a veiculada no *Diário de Pernambuco* em 29 de novembro de 1959, intitulada “Concentração Camponesa A 7: Desapropriação do ‘Galiléia’” onde se disserta sobre a movimentação dos camponeses para que suas reclamações sejam ouvidas na Assembleia Legislativa. Essas reportagens demonstram como as agitações discursivas efervescidas por esta organização podem reverberar dentro da atuação material desses grupos.

Nessa lógica, o texto que se desenha pretende analisar a atuação do capitalismo no campo, suas modificações e o impacto que ele desenha para as relações de trabalho, a partir de um elemento central: o *cambão*. Desse modo, buscaremos responder o seguinte questionamento que motivou esta monografia: é a luta contra o *cambão* um dos sintomas que demonstram a perda da autonomia³ do campesinato?

2. O CAMPEGINATO NA HISTÓRIA

2.1. O BRASIL É CAPITALISTA?: O MUNDO RURAL E O CAMPEGINATO

A questão agrária sempre foi ponto de tensões entre classes ao longo da história do Brasil. Apesar disto, é comum percebermos que essa questão foi eclipsada por uma historiografia centrada nas discussões urbanas. O mundo rural torna-se, por essa razão, secundarizado⁴ por estudos que parecem estar mais conectados com os debates que focalizam suas perspectivas no desenvolvimento da sociedade brasileira. A cidade seria, portanto, o

³ Cabe destacar que o debate em torno da autonomia está centrado em um universo muito específico: a zona canavieira nordestina. Se pensarmos este conceito dentro de uma perspectiva global, questionamentos como: ‘Esta autonomia existiu?’ ou ‘Pode-se falar mesmo em autonomia neste contexto?’ aparecem durante a leitura desta monografia. No entanto, ao estudarmos o mundo rural, deve-se sempre ater ao fato de que existe um estrato social demarcado. Quando, por exemplo, estudamos a presença dos *moradores* (Ver: Ferreira Filho, 2016), vemos que o campesinato detém um papel autônomo neste cenário, visto que eles, ao menos, conseguem ter ‘poder’ no espaço de terra que aluga ao *senhor*. Nesta perspectiva, ao falarmos de autonomia precisamos nos deter ao contexto social no qual este campesinato está inserido.

⁴ Christine Dabat, no seminário “Justiça do Trabalho e História: o Nordeste do Brasil” organizado pelo LAHM/UFPE (Laboratório de História e Memória), discute sobre o conceito *rurofobia* que é entendido enquanto uma mazela ocidental. Tudo que se liga ao mundo rural, ao campo e ao campesinato é visto como atrasado, decadente e subdesenvolvido. Nesse sentido, a *rurofobia* pode ser vista enquanto um impeditivo para a compreensão desses espaços, sendo, por isso, preciso reanalisar e desocidentalizar as análises. Por esse motivo, trazer o debate trazido neste tópico parte da ideia de que a História do Brasil, enquanto país componente da periferia do capitalismo, não pode basear-se nestas concepções. Acredito que trazer adendo para este trabalho, faz-se necessário para demarcar posição em torno de historiografias eurocêntricas. Para ver mais sobre este conceito: <https://www.youtube.com/watch?v=e5iqmreFuY4>.

lugar capaz de explicar as novas questões que envolvem o país e o campesinato passaria a ser encarado como um grupo visto como fadado à extinção para o pleno funcionamento do Brasil como país capitalista.

Nesse sentido, a proletarização é compreendida como um caminho inevitável para o progresso esperado durante boa parte do século XX. Sendo assim, a realidade no campo deve ser ignorada, ou melhor, observada como um espaço atrasado que precisaria passar por uma ampla modernização. Afinal, motivados pela historiografia marxista hegemônica, o destino da história estava nas mãos de um grupo que deveria, necessariamente, estar vitimado as condições de assalariamento. Assim, os camponeses terminaram por não se encaixar neste quadro teórico.

No entanto, a maioria da população brasileira, na época, concentrava-se nas áreas rurais. A conquista dessas massas que, cedo ou tarde, passaria — na visão desses grupos — por um processo inevitável de proletarização era essencial para aqueles que queriam um poder efetivo na política brasileira.

Mesmo que estivessem posicionados em um lugar político secundarizado dentro das transformações na democracia burguesa (Martins, 1981), ainda se projetava um cenário onde esses grupos, quando inseridos no sistema capitalista, seriam responsáveis por compor a maioria absoluta de votos no Brasil. Essa visão é compartilhada pelo narrador do documentário *Brazil — The Troubled Land* quando questiona a assiduidade de Julião ante as massas camponesas que, naquele momento, não seriam responsáveis por sua possível reeleição. A narração de *Brazil — The Troubled Land* (1961) congrega com o senso comum dessa conjuntura:

O poder de Francisco Julião é o camponês e seu descontentamento. De todos os políticos brasileiros, ele é um dos únicos que passa todo o seu tempo do lado dos camponeses que não votam. [...] Se Julião conseguir organizar os camponeses, essa ampla massa iletrada, talvez eles consigam votar. E se conseguirem votar, então terá a maioria dos votos e poderá ter o poder político em suas mãos (tradução do Youtube).

Mesmo diante de um contexto repleto de mobilizações e disputas, o destino do campo ainda estaria guiado pela modernização e na possibilidade de aproximação das dinâmicas vivenciadas na cidade. Como bem lembra Martins: “A história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores de esquerda, é uma história urbana — uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político” (1981, p. 26).

E neste pacto, o camponês é vítima de uma exclusão programada, uma vez que vindo de um lugar atrasado, narrador de uma história que não vale a pena ser contada e vinculado a

um sistema ‘pré-capitalista’ que em nada comunica sobre o Brasil, não existe espaço para o campesinato nessa nova era. É um grupo que apenas articulado com o operariado pode tomar forma capaz de demonstrar alguma importância, pois o campesinato não detém a legitimidade histórica capaz de representação política em uma sociedade capitalista (Azzam, 2009).

A literatura popular no ocidente congrega com a ideia de que a América Latina inicia sua história com instituições feudais e “ainda conserva, mais de quatro séculos depois” (Frank, 2012, p. 36). Isso se deve ao fato de que muitos pensadores, tais como Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães e Leôncio Basbaum, entendem a extraordinária concentração de terras e as formas de servidão presente na agricultura como um grande indicativo de que a tese feudal é a verdadeira explicação para o Brasil.

As interpretações quanto ao caráter do modo de produção em terras brasileiras esteve associada, em sua maioria, aos modelos estabelecidos pelo Partido Comunista da União Soviética durante sua atuação enquanto força motriz dos adeptos do marxismo-leninismo no mundo. Em seu segundo congresso (1920), a orientação intitulada “Tese sobre a questão nacional e colonial” discutia o apoio que deveria ser dado pelos partidos de esquerda em países atrasados e os passos necessários para a revolução socialista no terceiro mundo.

Imbuídos dessa mentalidade, as explicações dadas ao sistema econômico brasileiro perpassam essas teses. Isso se percebe quando, apesar da dissolução do Comintern em 1943 (Rocha Junior, 2006), as concepções continuam cristalizadas ao pensar revolução e proletariado. Nessa análise, os estudiosos consideram que o Brasil é marcado pela “[...] inexistência de relações capitalistas de produção, em que predominam as relações feudais ou semifeudais evidenciadas na preponderância do latifúndio e sua associação direta com as grandes potências imperialistas” (Rocha Junior, 2006, p. 6). Cabia, por essa razão, aos comunistas apoiarem as forças burguesas em busca da instalação do sistema capitalista ainda incipiente.

O espaço de construção da revolução na perspectiva pecebista dá-se com a união do povo, dos comunistas e da burguesia brasileira, que se comportariam como representantes das forças revolucionárias antifeudais e anti-imperialistas. Por isso, o desenvolvimento da humanidade e conseqüentemente do socialismo seria possível apenas com a plena eficiência dessas forças produtivas. Essas aproximações, apesar de predominantemente defendidas por marxistas-leninistas, construíram determinados empecilhos para o entendimento do caráter capitalista no mundo rural.

O grande problema, para além dos mencionados acima, está em retirar a historicidade dessas análises. A complexidade da vida humana não consegue comportar preceitos teóricos

rígidos, isso porque para os defensores de uma solução teológica para a humanidade não seria possível imaginar um país que não estivesse amarrado às determinações vivenciadas, primeiro, na Europa. Em outras palavras, o destino brasileiro seria, inevitavelmente, o mesmo que a teoria marxista-leninista desenhou em sua cúpula.

Apesar disto, a realidade material apresentava-se de maneira diferente desses postulados, o campo continuava cada vez mais desigual e preso em padrões hierárquicos forjados pela burguesia agrária. As relações de trabalho, mesmo que tidas como ‘pré-capitalistas’, continuavam a operar em uma lógica quase fabril, enquanto o trabalhador seguia vítima da superexploração. O capitalismo neste espaço lança suas garras desde a colonização sem que para isso seja preciso expropriar de maneira clássica como pensaram parte dos comunistas. Por esse motivo, percebemos que a realidade do Brasil nesse contexto precisa ser entendida longe desses quadros engessados, compreendendo que a história atua de maneira particular e se transforma conforme os seus atores também tomam decisões. Assim, aquele que, por isso, tenta encaixar sua crença em uma realidade, termina por retirar de seu estudo uma característica importante da humanidade: a mudança.

Umas das interpretações que entendo como a mais aproximada do capitalismo no mundo rural, está descrita nas explicações de Fernando Azevedo (1982). Ele compreende essas manifestações, a partir do conceito de *via prussiana de modernização*, que se sustenta no fato de que o capitalismo arregimenta seu projeto de exploração sem que haja uma modificação dos privilégios hierárquicos. Por esse motivo, aqueles que buscam observar as características do mundo rural, deparam-se com aspectos que não se agrupam inteiramente as teorias construídas no primeiro mundo sobre como seria um país governado pela mão invisível, visto que desatento das particularidades presentes no capitalismo latino-americano, a visão que se observa é de um espaço que sobrevive alheio a este sistema.

Outro teórico que também lança mão de alguns elementos importantes para entender as particularidades do capitalismo no Brasil é Francisco de Oliveira em *Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco* (2003). Neste ensaio, Oliveira observa que, apesar das diferenças, não seria possível defender a existência da tese feudal em terras brasileiras, isso porque o capitalismo nos espaços colonizados assume um caráter muito particular em relação aos espaços centrais. Ou seja, não se trata de perceber os traços “modernos” ou “arcaicos”, mas sim a dinâmica própria do liberalismo para sobreviver nestes espaços, articulando, por isso, o campo e a cidade em prol da exploração.

Por esse motivo, essa dualidade entre feudalismo e capitalismo, presente na maioria das discussões sobre as teses econômicas, mostra-se insuficiente para explicar, por si só, a

realidade material no Brasil. Se pensarmos, baseados nessas teorias, que em um regime capitalista existe um aspecto mais racional quanto ao uso da terra, constataremos que, na prática, elementos como “[...] a subutilização e a subcapitalização das fazenda, assim como outros elementos ‘pré-capitalistas’” (Frank, 2012, p. 49) são frequentemente encontrados nas produções tidas como capitalistas em São Paulo. Além disso, a complexidade da situação dos trabalhadores foge, também, destes postulados, isso porque se nos unirmos a noção de que o pagamento em dinheiro é uma forma exclusivamente capitalista e as relações não monetárias devem ser vista como anteriores ao capital, estaremos presos aos esquemas teóricos distantes do concreto, visto que “a realidade da agricultura brasileira é que as mil e uma variações e combinações do trabalho agrícola misturam-se em todas as regiões” (Frank, 2012, p. 49).

Nesse sentido, é preciso analisar que o Brasil, ou melhor, a América Latina tem suas instituições moldadas pelo capitalismo internacional. Isso ocorre porque a exploração desses territórios em prol do desenvolvimento externo é uma constante, já que “especializou-se em perder desde os tempos remotos em que os europeus do Renascimento se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta [...] a região continua trabalhando como um serviçal, continua existindo para satisfazer as necessidades alheias [...]” (Galeano, 2020, p. 17). Por isso, inseridos no cenário internacional, não se pode pensar em um modo de produção como o feudal para esse território, pois se trata de um sistema fechado, que não é “articulado com o mundo exterior” (Frank, 2012, p. 57) o que o torna incompatível tanto com a realidade histórica do Brasil quanto ao cenário da década de 1960. Ou seja, “o Brasil, em seu conjunto, por mais feudais que suas características possam parecer, deve sua formação e sua natureza atual à expansão e ao desenvolvimento de um único sistema mercantil-capitalista que alcança [...] o mundo inteiro [...]” (Frank, 2012, p. 57-58).

Diante disso, é preciso perceber que esses debates, no primeiro plano, parecem ultrapassados, mas deve-se salientar o fato de que a melhor articulação desses conceitos auxiliam na própria percepção da realidade. Sendo assim, o esforço que se faz para definir o sistema econômico deve estar sempre atento às particularidades do Brasil. E isso precisa ser entendido por uma teoria que se adeque a realidade e não ao contrário. A visão histórica dos acontecimentos deve prezar pelo respeito à atuação do agente histórico, isso porque, despida de uma linha coerente de atuação, a história obedece as relações de poder de sua época.

2.2. O CAMPONÊS E O MUNDO

O modo de vida camponês é, dentro da tradição europeia, entendido como ‘pré-capitalista’. Nessa lógica, como dito anteriormente, para alguns estudiosos, o processo

histórico culminaria na transformação da sociedade brasileira e no crescimento da classe operária que seria responsável pelo fim deste grupo que “não tem futuro; só passado” (Martins, 1981, p. 15). O campesinato, dentro desta visão, torna-se alheio a essas renovações e detém uma posição subordinada nessa sociedade. A possibilidade de articular-se em prol de suas reivindicações, é vista como perturbadora aos esquemas teóricos daqueles que buscavam compreender o liberalismo no Brasil (Martins, 1981).

Apesar dessas concepções, é preciso entender os movimentos concretos e sua importância histórica. Ou melhor dizendo, a nossa análise deve partir da investigação do real. Em função disso, o campesinato brasileiro não pode ser observado do mesmo modo que o europeu, porque as condições de existência em ambos não partem do mesmo lugar. O campesinato russo, por exemplo, buscava permanecer alheio ao capital (Martins, 1981), por outro lado, o campesinato brasileiro não pode ser visto como estamento, tornando-se, por isso, produto da expansão capitalista e resultado da contradição desse cenário. Dado isto, o camponês não é uma figura do passado que terminará com o advento do capitalismo, mas sim um grupo que, naquele presente, é componente dessa sociedade.

Durante boa parte do período colonial, a posse de terra era legitimada pelo seu emprego útil. Por essa razão, não era incomum encontrar posseiros estabelecidos em território de algum *senhor de engenho*. Nessa dinâmica, aceitar ou não essa instalação dependia apenas do dono daquela propriedade. O aspecto relevante nesse contexto é que a posse sobre a terra era do fazendeiro, enquanto ao camponês restava a condição de agregado, já que o direito à propriedade não lhe era conferido (Martins, 1981).

Com o estabelecimento da Lei de Terras em 1850, os camponeses que não tinham, de fato, propriedades estariam sujeitos aos trabalhos na grande fazenda. Nesse esquema, os trabalhadores ficaram à mercê dos tratados com os donos da terra. Ao longo do tempo, a natureza desse contato se modifica conforme o Brasil atravessa o desenvolvimento econômico. Nesse caso, as relações passaram a ser geridas pelos contratos de arrendamento, sendo feita, por vezes, em condições como “terra em troca de renda de trabalho [...] em espécie [...] e em dinheiro” (Martins, 1981, p. 36). O acordo variava a depender do contrato estabelecido entre o fazendeiro e o agregado.

Com a queda da economia açucareira e o crescimento extraordinário das Usinas esboçam-se algumas modificações nas relações de produção do campo, visto que aumentam os arrendamentos e os engenhos passam pelo absentismo com a mudança dos seus senhores para as cidades. Além disso, muitas dessas usinas transformaram suas terras em espaços alugáveis para aqueles que desejavam plantar exclusivamente a cana, pois “há usinas, como a

Água Branca, Bom Jesus, Frei Caneca, Mussurepe, etc, que praticamente não se envolvem com a atividade agrícola, arrendando a terceiros as suas terras” (Andrade Neto, 1990, p. 43). Por isso, durante o aumento da influência das usinas, muitos foreiros⁵ que não foram expulsos acabaram transformando-se em *moradores* por condição, sujeitos a trabalhar em engenhos de “fogo morto”⁶ recebendo salários inferiores.

Permitam-me dissertar sobre o relato oral de João Lopes da Silva em uma entrevista mencionada em artigo por Antonio Montenegro (2019). João Lopes, mais conhecido como Bubu, nos ajuda a rememorar muito do cenário explicitado acima, isso porque suas recordações voltam-se para 1940 e narram as “relações entre patrões e trabalhadores rurais” (Montenegro, 2019, p. 244).

Em sua descrição, Bubu é filho de trabalhador rural. Seu pai, canavieiro, possuía direito a um sítio reservado à subsistência, cujos excedentes eram comercializados nas feiras, conforme mencionado anteriormente. As lembranças de José Lopes reconstroem o momento em que essa relação com o *senhor de engenho* se transforma ao longo de seu crescimento. Isso porque, após seu casamento, os acordos comuns com o patrão são alterados, por exemplo, a existência do direito a um sítio para sua plantação deixa de existir, já que segundo Bubu: “Quando a gente ia pedir sítio... eles dizia não, tudo pro eito” (Feaca, 1988 *apud* Montenegro, 2019, p. 244).

Por essa razão, pode-se observar que essa prática comum baseada na distribuição de um pedaço de terra pela troca de trabalho sofre uma alteração que, segundo Montenegro, está associada à decisão de uma Federação de *senhores de engenho*. Essa atitude simbólica revela-se como um sintoma do contexto em questão, visto que “contribuíram para a ruptura de um dos elos que constituíram e cimentaram a secular relação paternalista” (Montenegro, 2019, p. 245). Este relato que termina na saída de Bubu do engenho e na mudança para Recife, devido à negligência que o seu patrão teve com um pedido de empréstimo para a compra de medicamento de sua esposa, demonstra, à primeira vista, o rompimento de um simples acordo com o *senhor*, mas que adentra de maneira reveladora nas modificações econômicas desse período.

⁵ As relações de trabalho no campo são múltiplas e congregam muitas formas de pagamento, sendo elas, por vezes, em trabalho, produto ou dinheiro. O foreiro é um indivíduo que acorda pagar em dinheiro ou serviço pelo aluguel daquela terra. O foro é determinado pelo locador ao locatário. No caso do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, os moradores haveriam de pagar o valor que era cobrado no dia 8 de dezembro e também estavam submetidos a trabalhar alguns dias de graça para o *senhor de engenho*. Ver: (Julião, 2013).

⁶ Expressão cunhada por José Lins do Rego que é usada para remeter a engenhos desativados que não produzem mais açúcar. Vendidos para usina, tornavam-se ponto de venda da cana para a produção usineira. Ver: Andrade Neto, 1990 e Montenegro, 2019.

Levando isso em conta, a relação do camponês com o mundo em sua volta é marcada por uma série de transformações que atravessam diacronicamente a história do Brasil e detém seu apogeu durante o século XX. O cenário posto não é discutido apenas pelos teóricos, mas sentido materialmente pelos trabalhadores rurais que, como Bubu, rememoram aquele período evidenciando as alterações que não apenas reconfiguraram os acordos de trabalho, mas também reorganizaram todo o espaço rural como se observa na saída de muitos camponeses dos engenhos buscando uma vida melhor na cidade.

2.3. O CAMBÃO E O CAMPONÊS

Múltiplas são as formas de trabalho encontradas no campo: a meia, a terça, a condição, etc. Os padrões em suas propostas é que traçam o tipo de contrato a ser efetivado com os trabalhadores. Dentre todas elas, buscaremos compreender o lugar que o *cambão* ocupa dentro desse universo.

A palavra *cambão* é polissêmica, podendo significar tanto o objeto que prende um animal pelo pescoço, para que seja impedida a sua locomoção, mas também, naquele período, o dia de trabalho que o dono da terra exige do camponês por sua ocupação, além da “renda paga em dinheiro ou em produto” (Julião, 2013, p. 16). Com grande dificuldade para ser datado, não me concentrarei nas origens desse imposto. Contudo, é muito provável que o surgimento tenha se dado durante os primeiros cenários de acordo que os posseiros tinham com os seus senhores ainda no século XIX.

Segundo Martins (1981), a crise do açúcar e a posterior abolição da escravatura, conduz um novo quadro dentro das relações de trabalho no campo. Naquele momento, aos camponeses [homens livres] que possuíam sítios, sob o aval do *senhor de engenho*, restariam dedicação a trabalhos marginais e a economia de subsistência. Neste cenário, é que se observa alguns *moradores* acordando com o patrão determinados números de dias de “trabalho gratuito ou mediante baixa remuneração no canavial” (Martins, 1981, p. 44). O surgimento do *cambão* pode ser encaixado neste período.

Apesar de não conseguirmos precisar sua origem, observa-se que é uma taxa muito comum no campo. Ou, ao menos, bastante presente nos relatos de alguns camponeses que narram sobre a presença deste imposto durante sua jornada de trabalho. Reginaldo Silva em sua dissertação consegue entrevistar alguns foreiros do Engenho Galiléia que relataram esta forma de pagamento como comum.

Nas memórias de Cícero Anastácio da Silva é mencionado que a cobrança naquele engenho era de 9 dias de serviço e como tinha outros dois irmãos, a demanda era dividida:

“cada irmão trabalhava três dias de graça” (Cícero *apud* Silva, 2015, p. 161). Além disso, narra uma conversa que teve com um ‘cabra’ onde mencionou o *cambão* enquanto trabalho gratuito: “[...] cambão é os dia de graça que a gente trabalha” (Cícero *apud* Silva, 2015, p. 151). Nessa lógica, as palavras de Cícero denotam as condições vivenciadas por esses indivíduos em Vitória de Santo Antão: “Eu era cativo do véi Oscar, trabalhava os setes dias da semana apulso, pagando nove dias de condição de um sítio, nove dias de cambão” (Cícero *apud* Silva, 2015, p. 151).

Para além disso, o *cambão*, também nomeado de ‘condição’ (Silva, 2015), era normalmente reclamado nos períodos de plantio e colheita. Isso dificultava a plantação na lavoura do próprio camponês que teria que se desdobrar para cumprir as suas obrigações. Essa questão, que já era um impasse para a produção de subsistência, também impedia a possibilidade de comercialização, gerando problemas de renda e segurança alimentar para o campesinato. Além disso, contribuiu para uma desmoralização da honra, tão importante, do camponês, pois “no conjunto das exigências impostas ao campesinato nordestino, não temos dúvida em assegurar que o cambão é a que menos lhe pesa materialmente, mas é aquela que mais atinge o pundonor, a que mais envergonha e humilha” (Julião, 2013, p. 104).

Foi durante a década de 1950 que as percepções sobre esta tarifa se modificaram. O *cambão*, antes tão comum e pouco questionado, torna-se elemento central das reivindicações dos camponeses. O campesinato, ao ter acesso à lei, percebe que este pagamento estaria assentado em um crime, pois como menciona Julião: “tomávamos o Código Penal e o abríamos na página onde há um artigo que manda punir com pena de prisão e de multa todo aquele que exige de outrem trabalho gratuito” (2013, p. 139). É precisamente durante este período que há uma virada na percepção de muitas questões que eram naturalizadas pelos trabalhadores rurais.

Em uma análise preliminar do *Diario de Pernambuco*, foram identificadas cerca de 270 ocorrências do termo. Após a organização dessas ocorrências, considerando a polissemia da palavra, verificou-se que sua primeira aparição como “taxa” ocorreu na edição 154, publicada em 1946. Sua menção deve-se a hospitalização de um trabalhador rural que foi ferido pelos capangas do patrão devido ao não pagamento do *cambão*, esta referência se constrói apenas para explicar ao leitor a expressão “dar os dias de ‘cambão’”⁷. Foi apenas em 1956, edição 187A, que o *cambão* aparece como um problema para os camponeses, que desejavam sua extinção, como podemos ver:

⁷ Jornal *Diario de Pernambuco*. 154ª ed., 1946, p. 5. Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional.

Na reunião de ontem, da Assembléia Legislativa, o sr. Francisco Julião pediu que fôsse consignado na ata dos trabalho um voto de congratulação com a Câmara de Vereadores de Bom Jardim pela aprovação, em sua sessão do dia 10 do corrente, por unanimidade de votos, do requerimento n. 36 do vereador Custódio Novais Cabral, no sentido de serem convidados todos os proprietários de terra e senhores de engenho daquele município, juntamente com os respectivos foreiros para um entendimento sobre a extinção do cambão e contra a elevação dos fôruns, voto êsse especialmente extensivo ao autor do requerimento em aprêço.⁸

A esta altura algumas perguntas deveriam palpar na mente do leitor: por que um imposto tão comum só aparece como problema, efetivamente, no *Diario* em 1956? Quais os processos que precederam aquele ano para que o *cambão* adentrasse, mesmo que num pequeno espaço, nas páginas deste jornal? Uma possível resposta para estas perguntas será discutida na próxima seção e está na articulação dos trabalhadores rurais, mais especificamente os camponeses, em 1955 na cidade de Vitória de Santo Antão, localizada na Zona da Mata Sul de Pernambuco.

3. “ONDE SE PÕE DEDO BROTA PUS”: AS LIGAS CAMPONESAS E SUA ATUAÇÃO NO MUNDO RURAL

“Não há, portanto, qualquer exagero em dizer-se do Nordeste o que González Prada disse da sua Pátria: ‘O Peru é um organismo doente: onde se põe o dedo brota pus’.”

Francisco Julião⁹

3.1. O SURGIMENTO DA SOCIEDADE AGRÍCOLA E PECUÁRIA DOS PLANTADORES DE PERNAMBUCO (SAPPP)

“Morreu um senhorzinho por detrás do posto médico [...] esse velho, só existia o velhinho e a velha, morreu. Ninguém fez o enterro dele. [...] passou mais de quatro dias em cima da cama” (Cícero *apud* Silva, 2015, p. 149). A falta de dignidade na morte é o resultado de uma vida que foi também indigna. Enterrar um ente querido é uma cerimônia simbólica para quem permanece vivo, permitindo que supere a partida daquele que faleceu. Sendo assim, o impedimento desta atividade pode significar uma afronta à honra e dignidade dos que precisam do cortejo, afinal impossibilitados de sentir as dores da partida, podem encontrar dificuldades para seguir em frente.

Este foi o motivo imediato do surgimento de uma organização política, que se pretendia apenas assistencialista: a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de

⁸ Jornal *Diario de Pernambuco*. 187ª ed., 1956, p. 3. Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional.

⁹ JULIÃO, Francisco. **Cambão: a face oculta do Brasil**. Recife. Bagaço: 2013, p. 121.

Pernambuco em Vitória de Santo Antão. A morte deste senhor, no Engenho Galileia, mobilizou os trabalhadores para a busca de um caixão, a fim de que aquele indivíduo tivesse como ser enterrado. Apesar de terem conseguido o empréstimo da urna funerária com o prefeito de Vitória, a luta por um funeral digno converteu-se em defesa pela vida.

Nesse cenário, surge a ideia de formar uma sociedade para a melhoria da qualidade de vida daquelas pessoas. A junção deste acontecimento com outros problemas vivenciados pelos galileus, tais como o aumento extraordinário do foro, a falta de escola para as crianças, etc., criara um espaço onde a falta de oportunidades reinava. Inspirados na possibilidade de mudança é que se funda a SAPPP que passou a se reunir na casa de Zezé da Galileia, administrador do engenho.

Assentada em um caráter assistencialista, a organização buscou aprovação de Oscar Beltrão, o *senhor de engenho*. Na procura do aval para o seu pleno funcionamento, os camponeses escrevem uma carta o chamando para tornar-se presidente de honra. No texto, expuseram toda a situação que motivou sua criação e os objetivos pretendidos, dentre os quais se destaca a assistência no pagamento do foro evitando que os trabalhadores fiquem desamparados. Segundo Zito da Galileia (2016), este fator chamou atenção de Beltrão, que logo tornou-se favorável já que percebeu que poderia ser beneficiado: “‘Vocês deveriam ter feito isso há muito tempo. Agora todos do engenho terão de se associar a vocês.’” (Galileia, 2016, p. 28).

No entanto, a situação assume outro rumo após a chegada do filho do *senhor de engenho* em uma visita à Galileia. O filho de Oscar Beltrão, depois de ouvir a história da sociedade, prontamente coloca-se contrário a continuidade das atividades dos camponeses e associa aquela organização aos comunistas. Cícero relata bem este momento:

[...] diabo do filho do vei, que tava estudando para dentista lá pro lado do Recife [...] Quando deu fim do ano, o filho do véi chegou, o véi contou a história a ele da sociedade de morte pra fazer enterro do pessoal e lá vai, né, e até tinha convidado ele para ser presidente de honra [...] aí o diabo do filho... Olha, já fazia uns cinco ou era seis meses que ela tava funcionando sem confusão nenhuma, né [...] Aí o filho disse: ‘Pai, sabe o que é isso? Isso é uma espécie de comunista’, o filho do velho, ‘de comunista, vai terminar tomar seu engenho! Chame o véi Zezé, o administrador, bote tudinho para fora. Quem for sócio, bote tudinho para fora dentro de vinte e quatro horas (Silva, 2015, p. 150-151).

A ordem de saída em, no máximo, 24 horas cria um imenso temor nos moradores de Galileia que se associaram à sociedade. Sem alternativas, os camponeses que sairiam sem indenização decidem por resistir, se articulando contra o aumento abusivo do foro e o despejo arbitrário. Os rumos tomados por essa organização ganham sentido mais amplo após esse cenário, segundo Fernando Azevedo (1982). Zezé da Galiléia entende que, de fato, a

transformação da SAPPP em um organismo articulado só foi possível após esse caos: “A terra não produz quase nada, mas nós íamos vivendo. De repente, o proprietário resolve aumentar o foro. Nós não íamos pagar mais” (Azevedo, 1982, p. 61).

Esse espaço conflituoso conduziu o *senhor de engenho* a entrar com uma ação na Justiça para o despejo dos moradores. E assim, o camponês, indivíduo entendido como isolado, rompe as fronteiras de Galileia em busca de ajuda e só após muita procura dos galileus é que estes conseguem o endereço de um advogado, recém eleito deputado, que confiaram ser alguém que poderia auxiliar no que fosse preciso.

A chegada dos camponeses na casa de Julião foi decisiva para que houvesse um fôlego nas disputas dos trabalhadores. Isso porque ao optar por prestar o apoio judicial necessário para a luta dos galileus, que seriam amparados na lei, estes encheram-se de esperança quanto a permanência em Galileia fugindo, ainda que minimamente, das disputas assimétricas com o latifundiário. “Eram homens descalços, roupas remendadas, chapéu de palha, e mulheres com crianças no colo, rostos enrugados, mãos calejadas. Todos com um sorriso de esperança em continuar em Galileia, porque agora tinham um defensor em quem poderiam confiar” (Galileia, 2016, p. 31). Nesse cenário, é possível perceber que esta sociedade, gradualmente, começa a ganhar tons políticos mais definidos e supera os desejos iniciais desses indivíduos.

Esta crescente mobilização em Galileia desperta o interesse da imprensa que, preocupada em entender aquele cenário, precisaria construir imagens em torno daquelas reivindicações. O medo, elemento comum responsável por levantar muros na percepção da população, foi uma das ferramentas utilizadas pelos jornais para a transformação do Engenho Galiléia em um espaço bárbaro, sendo entendido como covil do comunismo. Nessa lógica, a organização que antes era chamada de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco torna-se Ligas Camponesas. A mudança de nome reflete uma escolha de aproximar os embates travados por esses trabalhadores com o Partido Comunista Brasileiro e sua organização no mundo rural na década de 1940. Tal associação não reflete uma coincidência, mas sim uma tentativa de desacreditar e transformar este movimento em um espaço de subversão¹⁰ e perigo.

¹⁰ Para melhor entender as tentativas de conectar as ações dos camponeses a subversão, é preciso mencionar a dissertação de Pablo Porfírio que discute de que maneira essas mídias hegemônicas constroem a imagem das Ligas Camponesas em um lugar de perigo que precisaria, necessariamente, ser combatido, visto que afronta a tranquilidade e a paz. No texto de Porfírio, a discussão toca, em muitos momentos, nas imagens e na forma que são utilizadas pelos jornais mais importantes da época, tais como *Jornal do Commercio* e *Diário de Pernambuco*, para que os leitores detenham impressões capazes de os fazer atuar em desacordo com as atividades do campesinato que, comunistas, estão em defesa de desordem e da ilegalidade. Ver: Porfírio, 2008.

3.2. A CENTRALIDADE DO CAMBÃO NAS REIVINDICAÇÕES DAS LIGAS CAMPONESAS

O *cambão*, que já foi discutido anteriormente, assume um caráter indispensável no entendimento das mobilizações desenhadas pelos camponeses. A primeira tentativa de aglutinação desses trabalhadores para a abolição do *cambão*, está no uso do Código Penal que entende esta taxa enquanto uma das práticas ilegais vivenciadas naquele espaço. Por essa razão, Julião discute a característica legalista do campesinato que auxilia na mobilização das reivindicações das Ligas Camponesas, isso porque se deve “usar a própria lei como primeiro passo para ganhar a fé do camponês e poder, em seguida, levá-lo a uma posição mais audaciosa e consequente” (Julião, 2013, p. 140). Ou seja, os primeiros momentos de conscientização estão concentrados em demonstrar, a partir da legislação, as vivências naturalizadas por esse grupo.

A luta contra a existência de tamanha exploração, para o campesinato, ganha palco nos objetivos das Ligas. Nesse sentido, destacam-se, por exemplo, as agitações dos foreiros visando a denúncia do latifúndio e a necessidade de sua extinção. “O latifúndio incha de gordo. Tu inchas de fome. Vão-se os anos. Passam os séculos. Escuta o que te digo: Quem precisa de mudar, Camponês, és tu. Mas tu só mudarás se matares o medo. E só há um remédio para matar o medo: é a união” (Julião, 1997, p. 71). Dessa forma, a coletividade é um elemento primordial para a superação das explorações vivenciadas pelos trabalhadores rurais e torna-se um aspecto basilar na construção de consciência de classe desse grupo.

A partir de então, palpitam durante toda a década de 1950 diversas reportagens relatando a articulação desses trabalhadores que associavam o *cambão* à ilegalidade. A edição 51 do ano de 1958 no *Diario de Pernambuco* dedica um espaço para a discussão em torno do I Congresso de Trabalhadores Agrícolas, onde se pautava, por exemplo, o fim das formas de trabalho no campo, tais como: “do cambão; do dia de condição; do vale; do barracão; abolição do sistema de meia e da terça [...]”¹¹. Esses destaques indicam uma movimentação material desses trabalhadores em prol da desnaturalização dessas práticas.

Para além desta matéria, o *Jornal do Commercio* relata na edição 129 do ano 1958, em matéria intitulada “Agricultoras realizaram a ‘Marcha da Fome’”, a organização da SAPPP nas ruas do Recife que denunciavam a realidade vivenciada por eles e apresentavam suas principais reivindicações que eram:

¹¹ *Diario de Pernambuco*. 51ª ed., 1958. Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional, p. 20.

liberdade e direito de livre associação e de sindicalização, explicação efetiva da lei existente que beneficia o homem do campo; terra para trabalhar; ajuda financeira e técnica aos lavradores; ferramentas e sementes; extinção do 'cambão', do 'dia de condição', do 'vale', do barracão, abolição do sistema de meia e da terra; garantia de preços compensadores [...] escola, assistência médica, etc...¹²

No jornal *Liga*, organizado pelos próprios militantes do movimento, também se percebe as movimentações desses camponeses em prol do questionamento desta taxa. Na 11ª edição, publicada em 1962, os trabalhadores do Engenho Forte Velho, no município paraibano de Santa Rita, organizaram-se para o pedido de extinção deste imposto:

A opinião dominante no seio dos camponeses é de que devem se recusar a pagar o arrendamento das terras em dias gratuitos de trabalho. Consideram que já não podem viver sob esse regime de exploração e esperam, com a união de todos, através da Liga de Santa Rita vencer esta luta. Reivindicam inicialmente que o pagamento do fôro seja feito em dinheiro e estão dispostos a rejeitar qualquer proposta pela manutenção do cambão ou do pagamento em espécie.¹³

A leitura dos três jornais sobre as mobilizações dos trabalhadores com relação ao questionamento do *cambão* nos mostra uma realidade impossível de se desviar: a de que o campesinato, agora organizado, constrói um espaço de discussão na sociedade brasileira. Para termos uma noção mais ampla deste impacto é preciso pontuar os objetivos desses jornais que, a partir da década de 1950, trataram de fazer menção às atividades dos camponeses e suas reivindicações.

O *Diario de Pernambuco* e o *Jornal do Commercio* precisam ser entendidos como porta-vozes de uma classe dominante que atua em prol da manutenção de seu poder. As mídias não podem ser entendidas como neutras e os periódicos precisam ser vistos como espaços de intenção em seu discurso. A importância de compreender esse sentido se faz para perceber que uma simples aparição não se faz de maneira descompromissada ou aleatória, mas sim compõem um cenário de articulação dos camponeses que, agora, não podem ser ignorados. Por isso, jornais como o *Diario* e o *Commercio*, na impossibilidade de ignorar esses grupos, buscaram a desqualificação e a associação dessas organizações com a criminalidade¹⁴.

¹² *Jornal do Commercio*. 129ª ed., 1958. Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional, p. 8.

¹³ *Liga*. Ano I, 11ª ed., 1962. Hemeroteca Luta Pela Terra. Armazém da Memória, p. 5.

¹⁴ Preciso, novamente, fazer menção a dissertação de Pablo Porfírio e mencionar a importância que essas construções detêm para a criação de imaginários que relacionassem os camponeses e sua organização a criminalidade como forma de deslegitimar todas as reivindicações das Ligas Camponesas. Ver em: Porfírio, 2008. Além disso, Francisco Julião também discute as tentativas da imprensa para tentar manchar a reputação da organização quando modifica o nome da SAPP para Ligas, por exemplo. Ou mesmo quando são alertados para o perigo de nomear os moradores de camponeses e a sugestão da deputada Maria Elisa Viegas de Madeiras para chamá-los de "rurícolas". Ver em: Julião, 2013

Elide Rugai Bastos em *As Ligas Camponesas* (1984) dedica um algumas páginas do seu trabalho para entender quais as motivações encontradas pelo campesinato para que o *cambão* ganhasse um destaque tão importante dentro de seus projetos. Para ela, o número de trabalhadores que prestam o *cambão* enquanto atividade principal é difícil de precisar, devido à ausência de estatísticas. No entanto, em consulta de uma pesquisa realizada pelo Movimento de Educação de Base (MEB), em 1963, “os dados indicam que, entre esses trabalhadores, apenas 20% paga o aluguel da terra *exclusivamente* em dias de serviço, havendo ainda aqueles que, além do pagamento em dinheiro ou produto, cedem ‘os dias de graça’” (Bastos, 1984, p. 51). Conforme se observa na tabela a seguir:

[Tabela refeita presente no livro *As Ligas Camponesas*];

FORMAS DE PAGAMENTO DA TERRA FORADA - 1963*		
CATEGORIAS	FREQUÊNCIAS	PORCENTAGEM
NÃO PAGAM NADA	5	9,30%
PAGAM EM FORMA DE DINHEIRO	35	63,60%
PAGAMENTO EM DIAS DE SERVIÇO	11	20,00%
PAGAMENTO EM ESPÉCIE (PRODUTOS AGRÍCOLAS)	2	3,60%
NÃO RESPONDERAM	2	3,60%
TOTAL	55	100%
* Dados de pesquisa realizada pelo Movimento de Educação de Base (MEB) e Serviço Social Rural (SSR), em 1963, na Zona da Mata em Pernambuco.		

Fonte: Bastos, 1984.

Mesmo em um universo amostral reduzido, Bastos defende a posição de que apenas uma “pequena parte dos foreiros presta[va] *cambão*” (Bastos, 1984, p. 52). Nesse sentido, o questionamento por ela levantado torna-se elementar para entender esta monografia, visto que suas dúvidas voltam-se para entender de que maneira um imposto pouco usual pode vir a tornar-se bandeira de luta do movimento. Seus apontamentos estão concentrados em duas frentes: (1) na explicação de que as associações construídas entre *cambão* e latifundiário ganha força, pois é mostrada enquanto a expressão máxima da servidão constituída pelos *senhores de engenho*; e (2) no fato de que pode o *cambão* “ser visto como uma forma de venda da força de trabalho” (Bastos, 1984, p. 53). Nessa lógica, poderia a luta contra o

camhão evidenciar a transição da autonomia do camponês para o assalariamento indicando, diante disto, o processo de proletarização desses trabalhadores.

Isto posto, o *camhão* não aparece, na luta campesina, enquanto elemento deslocado, mas sim compõe o quadro geral de reivindicações desse grupo. Se, como disse Bastos (1984), a luta contra este imposto simbolizar a luta contra a proletarização, será preciso analisar qual o sentido deste processo e os conceitos necessários para entendermos as movimentações do capitalismo neste período. Por isso, será preciso analisarmos as categorias marxistas para compreendermos quais características podem [ou não] confirmar essa transição.

4. UMA VOLTA NA TEORIA: ANÁLISE DOS CONCEITOS-CHAVE PARA A LEITURA DE MUNDO MARXISTA

Assim como qualquer outro momento da história, a leitura e interpretação de mundo marxista deve estar inserida em um espaço e tempo definidos. Muitas críticas relativas ao marxismo estão direcionadas ao eurocentrismo presente em suas análises, especialmente pela percepção de que, durante muito tempo, o modelo de desenvolvimento europeu deveria ser transplantado para diversas regiões do mundo. Esses questionamentos, mesmo que pertinentes, não compreendem o fato de que Marx, como produto de seu tempo, observava a realidade da Inglaterra do século XIX e, apesar de tentar, não conseguiu entender, minuciosamente, os espaços que estavam para além de seu alcance.

Sejamos francos, presumir que uma pessoa consiga dar conta de uma série de fatores que são, por vezes, sobre-humanos, para que uma teoria seja validada é algo injusto de ser esperado. Karl Marx não pretendia ou desejava tornar-se o que se tornou. Nesta lógica, partimos da ideia de que o marxismo é uma corrente científica, ou seja, constantemente atualizada por aqueles que, contrários ao capitalismo, desejam um projeto alternativo ao atual. Por esse motivo, entender o marxismo para além do próprio Marx torna-se essencial para analisarmos a maneira pela qual ele pensou o mundo e conseguiu ultrapassar suas concepções e adentrar em uma tradição compartilhada por inúmeros pensadores.

Nesse sentido, para observar como se deu o cenário de proletarização do campesinato e a forma pela qual o *camhão* pode [ou não] estar conectado a este processo, precisaremos voltar aos conceitos básicos da teoria marxista¹⁵. Portanto, veremos as formulações escritas

¹⁵ As categorias nas quais trabalhei, estão centradas, apenas, nas contribuições do próprio Marx dentro da crítica à economia política. Muitos dos conceitos já passaram e estão em processo de complexificação. Em outras palavras, são constantemente reformulados pela realidade que está em constante movimento e busca atender as demandas de novas conjunturas. Assim como o capitalismo movimenta-se e articula seus tentáculos para sobreviver a qualquer realidade que permeia, também deve a sua crítica caminhar em movimento dialético, refinando-se para compreender as novas aparências do capital.

por Karl Marx e seus adeptos sobre os seguintes conceitos: *trabalho*, *exteriorização* e *estranhamento*.

4.1. O CONCEITO DE *TRABALHO* EM MARX

O homem, em sua natureza, encontra no *trabalho* seu lugar no mundo. Para Marx, apenas a humanidade detém o potencial transformador do *trabalho*, isso porque este se constrói na intervenção articulada da natureza. Cabe, por isso, perceber que a capacidade de planejar algo antes que seja realizado é um atributo quase exclusivo dos seres humanos. Nesse sentido, é preciso observar que o *trabalho* se completa na materialidade, mas não se formula nela. É antes de produto, potência.

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. (Marx, 2011, livro 1, p. 188).

Para melhor explicar este processo, imaginemos que um trabalhador rural, dono de seu próprio sítio, preparando-se para o plantio. Durante o planejamento, ele imagina quais as sementes que plantará para sua subsistência e organiza o solo, além dos instrumentos necessários para a efetivação da atividade. Depois de decidir quando e onde fará a plantação de cada vegetal, ele busca todos os itens [naturais] necessários para que se realizasse a ação. Cabe destacar que esse processo de idealização precede a ação, e só depois de tudo devidamente planejado, ele consegue realizar suas intenções. Seu resultado é o *trabalho*. Contudo, é preciso destacar que não foi feito de maneira natural [como fazem as abelhas], mas sim planejado e orientado anteriormente por sua imaginação.

No entanto, faz-se necessário mencionar que não pode um pensamento suprir as necessidades materiais do homem. Por essa razão, deve-se perceber que todo o processo de potência do *trabalho* está diretamente ligado a sua efetivação na realidade. Isso porque, a produção concreta é algo imprescindível para a realização do próprio *trabalho*, já que “converter a ideia de machado ou de fogueira em machado e fogueira, que existam fora da consciência é [...] uma *conditio sine qua non* da existência humana” (Lessa, 2018, p. 12).

Além disso, destaca-se no *trabalho* a interação entre o homem e o meio como basilar para a sua efetivação, já que é a humanidade que dispondo dos recursos necessários, consegue transpor o que é pensado na consciência para a realidade. Seria, por essa razão, esta categoria

entendida como “fundamental [...] distinção entre os homens e os animais, o complexo categorial ontológico determinante do caráter próprio da humanidade” (Moraes, et al., 2010, p. 41).

Nesse sentido, o meio ambiente aparece como espaço de transformação e, apesar dos homens estarem, para a leitura marxiana clássica¹⁶, no “topo” desta intervenção, os animais não humanos ocupam, também, em certa medida, uma participação neste processo. Contudo, deve-se observar que sua participação ocorre de maneira “inteiramente involuntária e constitui um fato acidental” (Moraes, *et al.*, 2010, p. 42).

Voltemos ainda ao exemplo do plantio, isso porque para a sua realização foi necessário que o meio em que aquele trabalhador vivia passasse por uma transformação. Para a utilização da terra, da água, do espaço ou qualquer outro recurso utilizado, o ambiente em que estava inserido foi modificado. O resultado de tudo isso é fruto, portanto, de uma objetivação. E toda objetivação parte da modificação da realidade.

Quanto ao processo de objetivação, podemos compreender o uso da corporalidade para o seu fazer. Este elemento torna-se importante quando observamos que, segundo Lessa (2018), o corpo e mente devem estar mutuamente conectados para que as exigências do fazer laboral sejam cumpridas. Ou seja, a união da finalidade [que presume um objetivo final, por exemplo, a plantação de verduras]; corpo e vontade “estão ‘subordinados’ ao processo de *trabalho*” (Lessa, 2018, p. 13).

Desta forma, sobre a categoria *trabalho* na teoria marxista é preciso que se tenha em mente: (1) sendo uma atividade inerente ao homem; (2) intervém, necessariamente, na natureza; (3) inicia-se, primeiro, na ideia daquele que produz e (4) que se finaliza na objetivação, ou seja, almeja estar fora da consciência e em interação com o mundo material.

4.2. A EXTERIORIZAÇÃO EM MARX

Para Karl Marx, o *trabalho* não se finaliza com a transformação da natureza. Pelo contrário, a modificação do meio natural também presume a mudança daquele que produz, visto que:

¹⁶ Acredito que seja preciso um adendo para o entendimento do marxismo enquanto uma teoria fundada na modernidade. A separação do homem e natureza muito contribui para a observação do ambiente enquanto espaço de uso dos seres humanos, como uma cadeia onde se hierarquizam todos os “recursos ambientais”. Por isso, muito do marxismo clássico bebe desses debates e dessa noção de ambiente que, hoje, vem sendo questionada. A crítica a esta categoria vem sendo, inclusive, realizada dentro do marxismo atual, como podemos ver em: Saito, 2021 e Foster, 2023. Nesse sentido, o *trabalho* é um elemento comum a todos os animais humanos ou não humanos, mas obviamente produzido, como venho trabalhado, de maneira intencional apenas pelo homem. Não me aprofundarei, por motivos de recorte, nestes debates, mas penso que seja importante pontuar a existência da intromissão do meio ambiente no marxismo, visto que hoje se percebe que somos mutuamente dependentes do equilíbrio natural.

A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 1985, p. 326-327).

Por essa razão, a *exteriorização* está ligada à percepção de que o trabalhador também muda e não pode ser mais o mesmo após realizar o *trabalho*. Para Marx, é nesse momento, que após a objetivação da consciência, esta entra em contato com a matéria e reconhece a si mesma e a sua produção dentro daquele objeto. Para melhor compreender este esquema, podemos considerar uma sociedade de pescadores: os indivíduos, devido ao contato constante com a atividade pesqueira, moldam-se e se identificam como pescadores. Assim acontece também em sociedades de coletores, caçadores, agricultores, entre outras. O *trabalho* é, dessa maneira, um instrumento capaz de modificar não apenas a natureza, mas também os significados que a humanidade constrói sobre si.

Segundo Lessa (2018), a *objetivação* domina a *exteriorização*. Nessa lógica, o *trabalho* é um elemento constitutivo da identidade daquele que o faz. Assim sendo, é que conseguimos analisar os exemplos trazidos acima, visto que é o contato, a partir da *exteriorização*, que consegue construir as sociedades.

Permitam-me voltar ao exemplo do camponês que dissertei no tópico anterior para podermos compreender a exteriorização. Ao mencionar a produção daquela plantação interrompemos a análise no momento em que todo o serviço havia sido realizado, restando apenas aguardar a colheita. Agora, imaginemos que, durante o processo de colheita, ao retirar da terra produtos como macaxeira, batata, tomate, etc., o trabalhador percebe haver muito de si naquela produção. Ou melhor, infere ao fato de que a efetivação da safra permeia concepções sobre o seu trabalho e sua mente e, assim sendo, sobre si. É um processo de reconhecimento.

Claro que cabe ressaltar que esta exemplificação se baseia em um microuniverso de apenas um trabalhador produzindo sua própria messe. Por outro lado, Karl Marx pensa em uma dinâmica estrutural sustentada em um contingente imensamente maior do que o espaço amostral que eu trouxe como exemplo. Feita as ressalvas, o processo de *exteriorização* pode ser entendido de forma mais simples a partir deste exemplo.

No dia a dia, essa alteração [a exteriorização] pode ser tão pequena que seja imperceptível ‘de antemão’. Contudo, o fato de ser ou não consciente, de ser mais ou menos consciente, não altera o fato de fundo: ao transformarmos o mundo, transformamos nossa própria natureza de seres humanos porque nos obrigamos a nos comportar para com o mundo de modo distinto. Nossa natureza é o que nós fazemos do mundo – e de nós próprios, portanto (Lessa, 2018, p. 15).

Reconhecer-se em seu *trabalho* é um elemento tido no marxismo como natural para a identificação com o objeto produzido. Nessa linha, essas transformações conduzem a humanidade para novos conhecimentos e, por consequência, outras necessidades que possibilitam diferentes modelos de *exteriorização*. Por isso, “o complexo da objetivação e exteriorização produz, portanto, novas necessidades e possibilidades, objetivas e subjetivas [...] que seja agora a resposta também ao que de novo foi produzido na objetivação/exteriorização precedente” (Lessa, 2018, p. 16).

Deste modo, Marx defende que a *exteriorização* não pressupõe o *estranhamento* [alienação], isso porque a capacidade de reconhecer-se é natural para o homem ao intervir na natureza, como visto anteriormente. Nesse sentido, o complexo *objetivação-exteriorização* partem da ontologia humana e deve ser visto como uma categoria presente na construção da identidade do homem ao longo da história.

4.3. O ESTRANHAMENTO EM MARX

O *trabalho* e a *exteriorização* são momentos comuns ao homem durante suas intervenções na natureza ao longo do tempo. No entanto, a separação do trabalho de sua fruição [processo natural de reconhecimento com o objeto produzido] desempenha uma subversão da lógica das categorias que trabalhamos acima. O *estranhamento*, elemento novo, assume o primeiro momento de um amplo processo que Marx chama de desefetivação (*Entwirklichung*), que se baseia em uma *objetivação* alienada responsável pelo *estranhamento* dos sujeitos.

[...] o objeto (*Gegenstand*) que o trabalhador produz, o seu produto, se lhe defronta com um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*), é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. **A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação.** Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*), a *objetivação* como *perda do objeto e servidão do objeto*, a *apropriação* como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entäusserung*) (Marx, 2004, p. 80, grifo nosso).

Os dizeres de Marx em *Manuscritos Econômico-filosóficos* estabelecem o sentido do *estranhamento* enquanto subversão do *trabalho* e seu produto. Essa mudança se dá com o surgimento do capitalismo enquanto modelo de produção baseada na exploração do homem pelo homem. Nesse sentido, a apropriação do objeto, modela-se enquanto *estranhamento*, a partir da dinâmica de produção. Em outras palavras, quanto mais o trabalhador produz o objeto e, por consequência, tem menos domínio sobre sua produção, mais ainda será vítima do *trabalho estranhado*.

[...] quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeits*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio. É do mesmo modo na religião. Quanto mais o homem põe em Deus, tanto menos ele retém em si mesmo. O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. **Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é** (Marx, 2004, p. 81, grifo nosso).

Por esse motivo, cabe destacar que o complexo *objetivação/exteriorização* é encontrado em sociedades anteriores à capitalista, sendo, por isso, comum ao homem. No entanto, dentro do sistema capitalista há uma subversão deste processo. Nessa lógica, o capital consegue apropriar-se deste *trabalho* como forma de enriquecimento para outrem, ou seja, explora a mão de obra alheia e dela extrai *valor*¹⁷.

O *estranhamento* não está apenas no resultado do *trabalho*, mas sim “[...] no ato da produção, dentro da própria atividade produtiva. Como poderia o trabalhador defrontar-se alheio (*fremd*) ao produto da sua atividade se no ato mesmo da produção ele não estranhasse a si mesmo?” (Marx, 2004, p. 82). Ou seja, o processo do *trabalho estranhado* inicia-se na expropriação do trabalhador, na desvalorização dos indivíduos frente a valorização das coisas, “o trabalho não produz somente mercadoria; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (Marx, 2004, p. 80). Por isso, cabe perceber, como dito anteriormente, a dimensão do *estranhamento* enquanto algo que afeta todas as partes do processo produtivo e interfere, inclusive, na vida daquele que produz.

Para melhor entender, voltaremos ao exemplo que trabalhei acima nas duas categorias anteriores: o camponês e sua produção. O *trabalho*, como já foi discutido, é um processo comum que contribui para a humanização do homem. Imaginemos que um trabalhador rural que perde sua autonomia e, devido às dinâmicas de modificação do capitalismo no campo, termina proletarizando-se, vendendo sua força de trabalho para a produção de açúcar em uma usina, por exemplo. Diante deste processo, todo o seu *trabalho*, que seria um instrumento para a satisfação de suas necessidades, torna-se um meio pelo qual se garante sua sobrevivência.

Este trabalhador, desta forma, depara-se com uma produção que, realizada na usina, não diz nada sobre si. Ou seja, a *exteriorização* deste *trabalho* significa uma negação de sua capacidade, de suas vontades e, por conseguinte, do que o faz humano. O embate gestado

¹⁷ A teoria do valor-trabalho baseia-se na ideia de que o *valor* está diretamente ligado à quantidade de trabalho social necessário para a produção de determinada mercadoria. Dentro do marxismo, o *valor* pode apenas ser produzido pelo homem em seu trabalho de transformação da natureza. Para saber mais sobre este conceito, ver: Marx, 2011

neste exemplo, implica nas modificações da própria mentalidade deste indivíduo, já que retirado do que o faz homem tem sua mente afetada por essas condições.

Nesse sentido, o não-reconhecimento de sua atividade laboral impacta diretamente o sentimento deste trabalhador, visto que:

o trabalho é externo (*äusserlich*) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que **não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito** (Marx, 2004, p. 82–83, grifo nosso).

Sendo assim, os aspectos psicológicos [morais] também ganham destaque dentro das discussões a respeito do *trabalho estranhado* e suas consequências. O trabalhador passa a sentir-se desconectado de si mesmo enquanto realiza o trabalho e somente encontra alguma proximidade consigo quando está distante dele. Essas alterações concretizam-se quando é percebido que o trabalho não é mais “a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer as necessidades fora dele” (Marx, 2004, p. 83).

Por essa razão, se o *trabalho* é responsável pela humanização e diferenciação do homem, o *estranhamento* deve aparecer enquanto a perda de si e, portanto, a perda da própria humanidade: “Chega-se, por conseguinte, ao resultado que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procurar, quando muito ainda habitação, adornos, etc, e em suas funções humanas só [se sente] como animal” (Marx, 2004, p. 83). A vista disso, compreende-se o *estranhamento* enquanto fenômeno que, nascido na exploração do homem pelo homem, no qual corpo e mente são subjugados, retira do trabalhador aquilo que o faz humano: sua identidade. Nesse processo, o trabalhador é reduzido a uma condição animal, perdendo as características que Marx designa como essenciais para o ser humano em sua reprodução social.

5. A LUTA CONTRA O CAMBÃO: UM PROCESSO DE RESISTÊNCIA CONTRA A PROLETARIZAÇÃO DO CAMPESinATO

*“Hoje somos milhões de oprimidos
Sob o peso terrível do cambão
Lutando nós seremos redimidos
a reforma agrária é a salvação”*

- Hino do Camponês

A proletarianização, no marxismo, indica um processo de transformação das dinâmicas de trabalho. O trabalhador perde, nesse cenário, sua autonomia e torna-se obrigado a ofertar

sua força de trabalho como forma exclusiva de sobrevivência dentro do capitalismo. Para entendermos a maneira pela qual essa categoria pode explicar os embates travados pelos camponeses, precisaremos compreender como esses grupos enxergavam o seu fazer laboral nas décadas de 1940, 1950 e 1960.

A terra é, para o campesinato, o elemento central do seu trabalho. Para ele, o contato e controle sobre a terra determina o nível de autonomia que este detém de sua própria atividade. Nessa lógica, os ‘galileus’ entendiam que seu *trabalho* estava na produção para subsistência e no excedente que se destinava à venda. Como resultado disso, o camponês acredita que detém um poder diante da sua produção. Em certa medida essa percepção encontra âncoras com a realidade, mas não compreende a dimensão de exploração que o cerca, “a ênfase que o camponês confere à sua condição de autônomo indica a não-percepção da subordinação de seu trabalho ao capital” (Bastos, 1984, p. 25). Por isso, a realidade apresenta-se como um elemento importante, contudo, sozinha não consegue dar conta de analisar as relações de poder de forma intuitiva. Ela requer um tratamento ideológico adequado, que permita uma desnaturalização das situações vivenciadas pelos trabalhadores.

À vista disso, faz-se necessário entender a dinâmica de trabalho do campesinato enquanto singular quando comparado a outros grupos, visto que detinham um espaço de autonomia que, por exemplo, os *moradores* não possuíam. Sendo assim, o camponês:

por meio da plantação de uma cultura industrial, em geral o algodão, [...] consegue pagar o aluguel da terra e repor os outros meios de trabalho. [...] ele vislumbra a *liberdade*: a possibilidade de livrar-se da sujeição ao proprietário, por meio de uma “economia” que lhe permita o acesso à terra (Bastos, 1984, p. 29).

Por essa razão, o trabalho que o camponês desempenha caminha, em alguma medida, com a percepção de que não são submissos e que, donos de sua terra, podem controlar, mesmo que minimamente, a sua forma de trabalhar. “Eu começo bem cedo, paro para o almoço, pego de novo e vou até que o sol alumie. É por gosto e cada um faz o que o corpo pode” (Bastos, 1984, p. 31). Esta percepção, que reforça alguma espécie de autonomia, impede que sejam tratadas, por exemplo, as condições de trabalho, as violências e a desumanização vivenciadas por esses grupos.

Sendo assim, com o surgimento das Ligas Camponesas, a organização articulada desses trabalhadores e o processo de conscientização, essas percepções passaram por algumas transformações. E o campesinato que apesar de ter alguma autonomia em relação aos outros, percebia-se inserido em um contexto exploratório que valia ser questionado. Nesse cenário, o *cambão* aparece enquanto um dos problemas que deveria ser superado.

Unidos às percepções de Elide Rugai Bastos, que mencionamos no segundo capítulo, buscaremos analisar se o *cambão* pode ser entendido como um dos sintomas do processo de proletarianização a partir de três eixos: o material, linguístico e o moral.

5.1. A MATERIALIDADE E O CAMBÃO

Para E. P. Thompson, a *experiência* é um conceito que deve ser entendido como essencial para compreendermos as articulações dos trabalhadores e a construção da consciência de classe. Por essa razão, nos debruçarmos sobre a materialidade de vida do trabalhador rural e o impacto que o *cambão* desempenha neste cenário pode nos ajudar a perceber qual o sentido que toda a situação encaminha para a luta contra o imposto. Nessa lógica, a *experiência* é, portanto, a vivência elementar capaz de dar sentido a toda a atuação de resistência da classe trabalhadora, visto que “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns [...] sentem e articulam a identidade de seus interesses” (Thompson, 1987, p. 9-10).

O modo de trabalho camponês centra-se na produção para subsistência e no excedente, sendo, por isso, necessário um trabalho constante e assíduo em seu sítio. Em Galileia, engenho-mãe das Ligas, diversos trabalhadores acentuavam a dificuldade de produção dos insumos ano após ano. Nesse sentido, pode-se afirmar que as condições de trabalho e produção das terras na zona rural estavam, aos poucos, se deteriorando, isso não apenas no sentido ambiental, mas também na compra dessas terras para a produção de cana-de-açúcar para as usinas, já que “a cana-de-açúcar ocupou ‘imperialisticamente’ toda a área, fazendo desaparecer as culturas de subsistência” (Andrade Neto, 1990, p. 14).

Para além dessas dificuldades, o camponês que precisava produzir em seu sítio era, por vezes, obrigado a dar os dias de oito no sítio do *senhor*. Por vezes, com a ajuda de filhos ou a divisão do trabalho com os seus irmãos, como lembra Cícero Anastácio da Silva no seu relato em que dividia com outros este pagamento: “cada irmão trabalhava três dias de graça” (Cícero *apud* Silva, 2015, p. 161). Aquele que não conseguia esta ajuda estava, infelizmente, destinado a pagar o *cambão* parando as atividades em seu próprio roçado.

Apesar de Julião (2013) mencionar que o impacto material que o *cambão* desempenha na vida do camponês em comparação com as questões psicológicas é mínimo, deve-se perceber que apenas partindo do concreto poderemos observar a formação dessas reivindicações, isso porque unidos a *experiência* em Thompson compreendemos que a materialidade, em primeiro plano, é a condição sem a qual não se desenharia a luta do campesinato. Nesta lógica, o surgimento da luta contra o *cambão* é fruto de como os

camponeses viviam, da forma como o trabalho era regido e como essas relações invadiam suas vidas pessoais.

Dessa forma, o efeito que o pagamento do *cambão* desempenhava sobre o camponês pode ser observado quando percebemos como é esta cobrança, já que normalmente era feita durante dois períodos importantes: o plantio e a colheita. Esses momentos detinham um grau de importância substancial para o camponês que precisava plantar, também, para que conseguisse sobreviver.

O morador ficava com menos tempo para cuidar de seu roçado, pois era exatamente o momento em que ele precisava ser mais trabalhado, dificultando a produção para subsistência e praticamente anulando a possibilidade de uma produção para a comercialização, o que causava problemas graves na geração de renda e segurança alimentar (Silva, 2015, p. 24).

A dificuldade do pagamento deste imposto, devido às condições particulares de cada camponês, era respondida, por vezes, com violência contra aquele que não conseguisse pagar o *cambão* por alguma razão. Um desses casos está relatado no *Diario de Pernambuco* na edição 154 publicada no ano de 1946 no engenho Cavalcanti em Nazaré da Mata. A situação ocorreu quando o administrador deste engenho, José Correia de Andrade atirou no agricultor Sebastião Albino da Silva, de 15 anos. O motivo para a atitude violenta estava no atraso do *cambão* que seu pai devia ao proprietário.

[Figura 1: Matéria completa mencionada acima];

Tiro de revolver no abdomen do lavrador

Verificou-se a cena de sangue em Nazaré da Mata, e o criminoso, administrador do engenho "Cavalcanti", achase foragido — É grave o estado da vítima

Em condução particular, pela manhã de ontem, às 9 horas, chegou ao posto da Assistência, gravemente ferido, o agricultor de nome Sebastião Albino da Silva, menor de 15 anos de idade, domiciliado com seus pais em terras do engenho Cavalcanti, município de Nazaré da Mata.

Apresentava Sebastião Albino um ferimento penetrante no abdomen, produzido por arma de fogo (revolver), cujo projétil atingiu a região hipogástrica, verificando-se lesão de vísceras.

Na sala de intervenções do Pronto Socorro, instantes depois, era aquele lavrador submetido a uma operação, conseguindo o cirurgião extrair a bala.

Ficou Sebastião Albino da Silva internado, em estado grave, naquele hospital e, à noite, quando o repórter do DIÁRIO ali esteve, conseguiu ouvi-lo a propósito da agressão de que fora vítima.

Muito cedo (eram 8 horas), o administrador da propriedade, José Correia de Andrade — conforme narrativa de Sebastião Albino — que queriu-o, de maneira

aspera, sobre o tempo em que seu pai pretendia dar os dias de "cambão" ao senhor do engenho. Explicou-nos o ferido que, convencionalmente, se chama "cambão" às tarefas obrigatórias do lavrador para com o dono do engenho e seu pai já era devedor daquele, de alguns dias.

Prosseguindo em sua narrativa, Sebastião alegou ter dito ao interpelante que seu pai não tinha necessidade de lesar a boa fé do sr. Otavio Guerra, proprietário do engenho.

Não gostou, porém, José Correia da resposta do rapazinho, e depois de insultá-lo, chamando-o de malcriado, etc., a alguns metros de distancia de Sebastião, sacou de um revolver que levava à cinta e deu ao gatilho da arma, visando matá-lo.

O tiro foi atingir, em cheio, o baixo ventre do rapaz, que ficou prostrado ao chão, enquanto o criminoso tratava de evadir-se, afim de evitar a prisão em flagrante.

A ocorrência foi logo participada ao sr. Otavio Guerra, dono do engenho, que tomou as providências necessárias sobre o transporte do ferido para esta capital, mandando-o trazer em seu automovel particular.

Ainda aquele senhor deu conhecimento do fato ao delegado de polícia do município, achando-se instauradas diligências a respeito da prisão do delinquente.

Hospitalizado os deputados

RIO, 2 (Meridional) — Encontram-se ainda hospitalizados os deputados Coelho Rodrigues e Walfredo Gurgel, vítimas de um desastre de automovel na rodovia

Sendo assim, pode-se afirmar que o *cambão* adentra a vida do camponês e modifica a forma como este lida com o seu trabalho. A saída do seu roçado, a perda de seu tempo para que haja uma dedicação ao plantio do *senhor* e a possibilidade de violência caso o pagamento não seja feito, como observamos na matéria do *Diário*, nos mostra um contexto marcado por explorações naturalizadas pelos trabalhadores.

Por essa razão, mesmo que a realidade enfrentada pelo camponês seja dura como, por exemplo, no caso da reportagem em que o ferido reforça que a culpa da situação não passou pelo *senhor de engenho*. É visível que não há um questionamento capaz de atinar para o camponês o fato de que existe uma responsabilidade indireta do *senhor* e de todo o contexto em que vive. Dado isso, a experiência pessoal, entendida como essencial, precisa de um tratamento para que as vivências sejam desnaturalizadas.

Unidos ao conceito *experiência* em E. P. Thompson entendemos que a materialidade é o lugar de onde partem todas as lutas, mas é preciso haver um tratamento ideológico capaz de reorganizar a atuação do campesinato, por isso “se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe” (Thompson, 1987, p. 10). A linguagem, neste contexto, emerge enquanto elemento capaz de atingir as mentalidades em prol de reivindicações por melhores condições de vida. Nesse sentido, a matéria lança as bases, com a *experiência*, para a construção da consciência de classe que se forma quando “essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (Thompson, 1987, p. 10).

Dado isso, buscaremos compreender como os discursos conseguem adentrar o universo ideológico e auxiliar não apenas na atuação dos indivíduos, mas também na formação da consciência de classe.

5.2. A LINGUAGEM E O CAMBÃO

O *cambão* é frequentemente associado ao latifúndio, escravidão e servidão nos materiais elaborados pelas Ligas Camponensas. Cada um desses usos não são feitos sem que haja uma intencionalidade prévia, afinal, podemos observar que os discursos, muitas vezes, transbordam os papéis e atuam materialmente nas sociedades. Por essa razão, precisamos observar de que modo essas combinações podem trazer luz ao debate em torno da proletarianização do campesinato.

A questão linguística aparece em muitos momentos como mecanismo de resistência durante a militância e construção da SAPPP, quando, por exemplo, o uso da palavra ‘camponês’ foi tratado como problemático devido ao potencial de agitação que pode causar, já

que, como afirmou Francisco Julião, “a deputada Maria Elisa Viegas de Madeiras [...] nos solicitava que substituíssemos, em nossos discursos, o nome “camponês” pelo “rurícola” para não irritar tanto os nossos colegas latifundiários” (Julião, 1997, p. 29). Nessa lógica, pode-se perceber que, desde o início, as Ligas detêm um papel importante de defesa com relação às suas posições e, por esse motivo, a linguagem assumia um lugar central para construção da consciência de classe neste movimento.

Julião em *Cambão: a face oculta do Brasil* (2013) ao relatar a vivência de Lao e sua posição contrária ao pagamento do *cambão* menciona a comparação que o camponês faz do imposto com a sujeição, visto que nos próprios dizeres do trabalhador: “isso não é foro. É sujeição. É trabalho escravo. É cambão” (Julião, 2013, p. 125). Essas aproximações não são exclusivas de Lao, já que durante boa parte do escrito, o autor traça alguns desses comparativos. O *cambão* é, portanto, nesta obra, um elemento que aprisiona e escraviza o camponês ao *senhor*, já que “essa forma de pagamento da renda é, entre todas, a mais cruel, a que mais sujeita o camponês. Por meio dela, ele perde toda a liberdade” (Julião, 2013, p. 125).

Na edição 111 de 1959 em uma matéria intitulada “Dep. Julião Desmente O Carater Subversivo Das Ligas Camponesas”, do *Diario de Pernambuco*, são evidenciadas algumas características e bandeiras levantadas pelos camponeses na defesa de seus direitos e objetivos. Esta reportagem se baseia na transcrição de uma carta que Julião escreve para a Assembleia Legislativa como forma de explicar a SAPPP diante as preocupações quanto ao seu caráter subversivo, como bem lembra o título. Vejamos um excerto para entendermos o papel do *cambão*:

[É] preciso sentir que o movimento pela libertação do camponês cresce no Brasil à medida que a ideia da reforma agrária se apodera da consciência nacional. [...] A minha pregação tem por objetivo unir o camponês numa associação de fins beneficentes denominada “SOCIEDADE AGRÍCOLA E PECUÁRIA DOS PLANTADORES DE PERNAMBUCO” para que ele adquira a consciência de sua imensa tragédia [...] E o que tenho dito para que se hajam alastrados em Pernambuco com extravasamento já para os Estados da Paraíba e das Alagoas as sociedades camponesas pelos nomes de ligas? Simplesmente duas coisas: 1.a) **que o foreiro não deve submeter-se ao regime do cambão, que é uma reminiscência da escravidão, uma praxe medieval, pois equivale a dar um dia ou dois de serviço ao senhor da terra sem remuneração e sem comida [...]**¹⁸ (grifo nosso).

A carta continua a escrever sobre a recusa do aumento do foro e outras questões que também estão relacionadas às Ligas. Contudo, neste momento, nos interessa apenas compreender a maneira que Julião escolhe precisamente as palavras complementares para explicar o impacto do *cambão* na vida do camponês, sendo elas: escravidão e praxe medieval.

¹⁸ *Diario de Pernambuco*. 111ª ed., 1946. Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional, p. 16

O passado escravista, ou mesmo os usos do passados relativos à Idade Média relembram alguns sentidos comuns que denotam, respectivamente, a falta completa de autonomia e um período sombrio sem avanços tecnológicos. Essas aproximações demarcam uma posição de que o *cambão*, além de atrasado é, também, um indício da perda de liberdade do camponês em seu trabalho.

Por essa razão, podemos perceber que a linguagem atua enquanto instrumento de intervenção social primário, isso porque as palavras de Lao, de Julião e dos jornais não se limitam ao texto escrito, mas conduzem os camponeses a um caminho de atuação. Em Gramsci (1999), a linguagem é construída dentro da luta pela hegemonia e é disputada tanto pela classe dominante quanto pela classe trabalhadora. Nesse sentido, a construção desses discursos pelas Ligas Camponesas são substanciais para entender as dinâmicas destes trabalhadores em seus contatos com as relações de trabalho. Além disso, Benjamin (1985) também entende a linguagem como forma de transformação das estruturas sociais. Em sua lógica, ela pode desempenhar um espaço de ruptura por parte dos vencidos e compor novas relações de poder dentro da sociedade.

Sendo assim, esses entendimentos são importantes para compreender os espaços de disputa que são construídos nas narrativas e como elas podem desenvolver elementos capazes de legitimar as atuações de um determinado grupo. Por isso, ao voltarmos para o *cambão* e, novamente, para as associações feitas, precisamos questionar de que modo elas podem indicar [ou não] alguns indícios das modificações na lógica laboral nas décadas de 1950 e 1960.

O modelo discursivo cumpre um papel fundamental nesse processo, já que os termos utilizados, por exemplo, por Julião na definição do *cambão* são estão diretamente ligados a sensação de autonomia. Podemos observar isso neste trecho: “Que é o cambão? Resposta da massa: ‘É trabalho de graça. É sujeição de escravo’” (Julião, 2013, p. 139).

Não me parece, portanto, que essas repetições discursivas sejam feitas de maneira não-intencional, pelo contrário, o reforço dado ao *cambão* enquanto sujeição pode denotar que o camponês compreende que a saída de seu sítio para dar os dias de oito, de graça, ao *senhor* é vista como uma subversão de sua própria lógica laboral. Nesta perspectiva, as contribuições de Thompson sobre a construção de consciência de classe parecem pertinentes para perceber que a realidade material [baseada na *experiência*] para que venha a se tornar um instrumento capaz de modificar a realidade precisa passar por um tratamento ideológico entre os próprios trabalhadores, visto que devem ser desnaturalizadas para que sejam, finalmente, questionadas.

Nesse sentido, o fazer-se da classe trabalhadora, muito comum na teoria thompsoniana, pode ser, também, entendido enquanto forjado a partir da linguagem, visto que

as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós do interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe (Thompson, 2001, p. 274).

Sendo assim, a linguagem atua como um elemento importante, já que é possível perceber que a comunicação desempenha um papel substancial para o fortalecimento dos grupos políticos e suas reivindicações. Por essa razão, ao percebermos, como dito anteriormente, as associações feitas do imposto com a perda de autonomia, podemos compreender que este cenário de efervescência surge dentro de um sentimento comum de expropriação do trabalho. Em outras palavras, o camponês vê-se em um espaço que sua vida passa por transformações que, a partir das mobilizações, são questionadas, criticadas e enfrentadas.

Esses indícios são responsáveis, juntamente com a realidade material, por demonstrar empiricamente que a luta contra o *cambão* está interligada às reivindicações contrárias à superexploração do trabalhador e, por consequência, a sua liberdade. Assim, observamos que as investigações relacionadas aos discursos denotam um sentimento universal que se relaciona com as mudanças das relações de trabalho no mundo rural durante a segunda metade do século XX.

5.3. O PSICOLÓGICO E O CAMBÃO

Para Marx, o *estranhamento* não afeta apenas o sentido do trabalho, mas também o psicológico do trabalhador. Este processo sustenta-se no sentimento de perda de autonomia e na fruição do *trabalho* que agora não recai diretamente sobre quem trabalha, mas naquele que o usurpa. Nessa lógica, para entendermos os processos mentais, ou melhor, morais que cercam o trabalhador precisaremos observar sua filosofia e forma de vida, já que a modificação dos padrões comportamentais desses indivíduos torna-se um elemento essencial para a compreensão da proletarianização, ao menos internamente.

O contato do camponês com a terra é formativo para sua humanidade. Para ela, este trabalhador dedica todos os seus esforços, comunicação e vida. Além disso, o manejo próprio sobre o seu pedaço de terra é encarado, por esse grupo, enquanto sinônimo de liberdade¹⁹.

¹⁹ Podemos tecer algumas considerações a esse respeito, considerando que a estrutura e o histórico de vida desses indivíduos demonstram que essa sensação de liberdade, na verdade, não está ancorada na materialidade. As condições de vida dos camponeses eram, muitas vezes, precárias e desgastantes. A miséria presente nesta região

Elide Rugai Bastos em *As Ligas Camponesas* (1984) ao tratar deste aspecto menciona que “o sentido que assume sua luta pela terra, porque, para ele, lutar pela terra é lutar pela suposta autonomia de seu trabalho” (1984, p. 26) e “a ênfase que o camponês confere à sua condição de autônomo indica a não-percepção da subordinação do seu trabalho” (1984, p. 25). Nesse sentido, a condição central do camponês em seu fazer laboral estava na possibilidade de liberdade que o contato com a terra estabelecia e na ignorância quanto a estrutura que o cerca.

Parece contraditório que essa sensação de autonomia tenha força e presença em um sistema que também era capitalista. Dentro da teoria hegemônica do marxismo, o processo de *estranhamento* era condição *sine qua non* para a formação do próprio capital. Karl Marx destrincha essa ideia quando menciona que “a relação do trabalhador com o trabalho engendra a relação do capitalista [...] com o trabalho” (Marx, 2004, p. 87). Por essa razão, a construção do capitalismo enquanto forjado, inicialmente, no processo de *estranhamento* da *exteriorização do trabalho* não parece ser tão organizado no nordeste brasileiro neste período, dado que as relações de trabalho misturavam-se de maneira a não compreender exatamente esses conceitos.

Nesta conjuntura, a luta contra o *cambão* pode ser decisiva para a análise deste *estranhamento* e a perda gradual de autonomia sentida pelo campesinato motivado pelas modificações do trabalho. Julião disserta sobre a sensação de humilhação que sente o camponês, pois “o problema não estava na quantidade desses dias, mas na humilhação e no vexame que consistia, para o camponês, em trabalhar contra a sua vontade, sem remuneração [...]” (Julião, 2013, p. 104).

A questão psicológica, pois, se apresenta enquanto essencial para compreender o sentimento de impotência que o camponês nutria em relação ao seu trabalho: “não temos dúvida em assegurar que o cambão é a que menos lhe pesa materialmente, mas é aquela que mais atinge o pundonor, a que mais envergonha e humilha.” (Julião, 2013, p. 104). A citação de Julião continua mencionando que é esse sentimento que faz transformar o *cambão* na pauta central das Ligas, uma vez que entendia que seria “a chispa para acender a consciência do camponês” (Julião, 2013, p. 104).

Essa sensação de despertencimento é comum ao *estranhamento*, pois “[o trabalho] não pertence ao seu ser, que nele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre,

nos mostra que, talvez, essa sensação de liberdade com o próprio trabalho era um espaço construído pela mente do camponês ante sua relação de trabalho com a terra. Por isso, quando falamos de liberdade, deveremos ter esclarecido que trata-se de uma sensação psicológica que o camponês mantinha sua lógica de trabalho.

mas mortifica sua *physis* e arruina o seu espírito (Marx, 2004, p. 82-83). Desta forma, ao olharmos as contribuições de Julião e unirmos as perspectivas de Marx perceberemos que o *cambão* se apresenta como sintoma claro do processo sentimental ligado à perda de autonomia sentida pelos camponeses durante a segunda metade do século XX.

Outro ponto que acredito ser importante a menção, está no fato de que apesar de muito mencionarmos o psicológico, cabe fazer uma reflexão sobre esta esfera. Acredito que a melhor forma de alocar esta sensação deve ser nos atentarmos para a compreensão da moralidade do campesinato. Julião (2013) menciona a grande força que a legalidade detém na própria radicalização do camponês, visto que ao perceber que o acordo com o *senhor de engenho* era ilegal, camponeses como Lao, por exemplo, tomavam força para reivindicar melhores condições de trabalho. Sendo assim, a sensação de que sua atividade não está de acordo com os trâmites legais é encarada como a faísca para a sua politização, já que “conhecendo por experiência própria o legalismo do camponês, isto é, o seu respeito à lei, bem como a sua religiosidade, o seu misticismo ingênuo [...] fizemos do Código Civil e da Bíblia instrumentos de trabalho e motores de ação” (Julião, 2013, p. 140-141).

Aproximar-se do livro *Costumes em comum* (2005) escrito por E. P. Thompson pode nos ajudar a entender melhor a questão da moralidade, dos costumes e principalmente do senso de legalidade que é evidenciado por Julião quando este menciona as características do campesinato, já que Thompson busca compreender a importância da lei consuetudinária para a formação de costumes sociais e políticos traçando, por isso, a legitimidade social necessária para o funcionamento daquela sociedade.

Conectado a estas considerações, podemos compreender que antes das movimentações orquestradas pelas Ligas, existia uma naturalização da dinâmica social vivenciada pelo camponês com relação ao *cambão*. Neste sentido, o uso da legalidade e de outras ferramentas de conscientização são importantes neste cenário para a desnaturalização dessa realidade. Essas mudanças contribuem ainda mais para o processo de *estranhamento* e a sensação de perda da autonomia.

À vista disso, o trabalhador se encara enquanto estranho a si mesmo, ou seja, desperdiçando seu potencial criativo em um trabalho que torna-se alheio para ele. Em outras palavras, o *cambão* deve ser observado enquanto trabalho que não agrega ao camponês, pelo contrário, o humilha. Constrói muros entre ele e o seu trabalho, entre ele e sua dignidade. E assim como Marx menciona: frui a outrem, pois

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho (que) está diante dele, então isto só é possível pelo fato de (o produto do trabalho) pertencer a

um *outro homem fora o trabalhador*. Se sua atividade lhe é martírio, então ela tem que ser *fruição* para um outro e alegria de viver para um outro. Não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem (Marx, 2004, p. 86).

Saindo de seu roçado e entregando seu tempo e mente para um trabalho que não frui para ele e sim para o *senhor*, o camponês sente-se *estranhado* e ao não conseguir precisar exatamente essa associação entende o *cambão* como problema, como um bode expiatório. Assim, o processo de *exteriorização* natural de um *trabalho* que dá sentido ao homem e que o humaniza é subvertido para um que o irrita, entristece e desumaniza. Estamos diante, por isso, de um processo que caminha para o *estranhamento* e, por conseguinte, para sua proletarização, ou seja, a perda da sensação de sua autonomia.

5.4. MATÉRIA, LINGUAGEM E MENTE: UMA JUNÇÃO PARA A PROLETARIZAÇÃO

Por proletarização se entende o processo em que o trabalhador perde sua autonomia econômica, suas condições de trabalho independente e torna-se proletário por completo. Para chegarmos neste momento, uma série de expropriações acontecem ordenada e simultaneamente, e essas camadas de transformação não são universais, ou seja, conforme mudam os espaços, a proletarização também se adequa para suprir cada particularidade.

Nesse sentido, as especificidades do capitalismo brasileiro adicionam nuances ainda mais complexas para entendermos o sentido da proletarização no mundo rural, uma vez que a presença do capital neste espaço se constrói de forma diferenciada em relação aos modelos dos países do centro do capitalismo. A presença do próprio campesinato é um entrave constante para aqueles que buscaram, em alguma medida, transplantar integralmente os acontecimentos europeus para a realidade brasileira. Mesmo com tantas diferenças, o capitalismo ainda se articulava naquele contexto visando a superexploração do trabalhador.

As transformações que aconteceram a partir de 1940 são sentidas pelo camponês mesmo sem uma explicação teórica definida. O *cambão* foi, talvez, o meio escolhido para transpor toda a insatisfação vivenciada pelo campesinato. Afinal, a existência desta taxa é muito anterior a 1940 e, no entanto, só passa a ser encarada como um problema quando, por coincidência [ou não], as relações de trabalho firmadas pela economia de subsistência passam por uma deterioração.

As usinas que cresceram extraordinariamente, antes e depois desse período, são as grandes responsáveis pela compra dos espaços que antes permitiam a existência da economia camponesa. Esses trabalhadores, que eram forçados a reestabelecer novos contratos de

arrendamento tinham, por vezes, em suas cláusulas a obrigatoriedade de produção exclusiva da cana. Percebiam-se, então, vitimados a abandonar a produção que tinham se acostumado durante toda a sua vida.

O surgimento das Ligas Camponesas deu ao camponês a possibilidade de organizar coletivamente suas insatisfações e o *cambão* aparece enquanto problema que passa por muitos aspectos, dentre eles, a esfera material, linguística e psicológica que trabalhei ainda neste capítulo. Em cada uma dessas análises, podemos observar o sentido que os militantes das ligas davam para o *cambão*, que passava, quase sempre, pela noção de que era uma afronta contra a liberdade e autonomia.

Nesse caso, podemos perceber que as denúncias feitas pelos camponeses tinham no *cambão* o culminar de uma gradual perda de autonomia que respondia, talvez, pelo contexto social daquela época. Não se pode falar desta situação sem compreender o crescimento latifundiário das usinas, pois “a sede de terras por parte das usinas trouxe, como consequência, um alargamento fundiário extremo” (Andrade Neto, 1990, p. 107) e isso foi responsável pela modificação das relações até então estabelecidas, já que “foi com as usinas, porém, que surgiu realmente o trabalho assalariado, sempre ávidas por terras, elas não permitiam a formação de sítios” (Andrade Neto, 1990, p. 110).

As associações de *cambão* com o latifúndio e, por consequência, com o capitalismo podem nos ajudar também a reforçar a ideia de que não é este imposto, por si só, o problema do camponês. Como podemos ver: “Funda mais Liga e mais Sindicato e mais Cooperativa para acabar com o foro, a meia, a terça, o cambão, o capanga, o vale e outras correntes que te prendem ao latifúndio, porque a terra deve ser de quem trabalha nela” (Julião, 2013, p. 222). O imposto aparece nesta citação como um dos fatores que amarram o camponês ao latifúndio, ou seja, aprisionam-o a superexploração do trabalhador dentro do sistema capitalista que se apresenta enquanto inimigo do campesinato, já que “com a fundação de cada Liga, o latifúndio se irrita. Mobiliza a autoridade policial, o prefeito, o juiz, o promotor, o capanga [...]” (Julião, 1997, p. 49). Diante disto, o grande problema que aparece ao camponês é, na verdade, a estrutura agrária brasileira que retira a sua liberdade.

Por essa razão, percebemos que: (1) a materialidade é o elemento capaz de impedir o camponês ao cultivo do sítio; (2) a linguagem é uma ferramenta que articula as denúncias sentidas pelo campesinato ante as explorações vivenciadas e (3) o psicológico termina sendo afetado pela sensação de perda de autonomia do seu fazer laboral. A soma destes elementos nos traz a ideia de que o *cambão* torna-se um sintoma que, aos olhos do campesinato, evidencia as modificações do capitalismo no mundo rural.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Ligas Camponesas em seu período de atuação pautou discussões importantes sobre o Brasil e sua estrutura agrária. A organização coletiva dos camponeses configurou-se enquanto força decisiva rompendo as barreiras que impediam uma luta direcionada por esses grupos. Entender o universo do camponês e seu individualismo que se deve ao “contacto direto e permanente com a terra, [que] faz dele um ente desconfiado e retraído” (Julião, 2013, p. 75) foi essencial para a reorganização política do país no século XX.

As muitas passeatas que reivindicavam uma série de direitos, tais como o impedimento do aumento abusivo do foro e a luta contra o *cambão*, adquirem um espaço central, como já mencionamos, neste movimento. Estas articulações ganham tons especiais, pois se conectam diretamente com as vivências dos camponeses, já que

não se vence o mutismo do camponês, a sua desconfiança, apenas com palavras. Se às palavras e às promessas não se seguem os atos e as ações, ele permanece retraído, distante, imóvel, esperando, como espera pela chuva, pelo sol, pela colheita. Enquanto assim vive, sonha. Sonha com a terra. Sonha com a liberdade (Julião, 2013, p. 75)

Nesse sentido, o camponês ao encontrar consigo de forma ativa, enquanto construtor e sujeito histórico de sua época observa-se, talvez pela primeira vez, enquanto classe. Se entendermos que a *experiência* em Thompson, a partir de um tratamento ideológico, consegue, dentro das vivências, construir as classes sociais no seu ‘fazer-se’, poderemos, então, afirmar que o campesinato, torna-se classe. E, em consequência disso, produto da contradição do capitalismo brasileiro.

A luta contra o *cambão*, à primeira vista, parece a luta pela extinção de um simples imposto que assola a vida dos camponeses. No entanto, ao posicionarmos estes questionamentos dentro da conjuntura econômica poderemos entender a taxa enquanto sintoma das modificações do capital na segunda metade do século XX. Sendo assim, a análise documental, das entrevistas e discursos são responsáveis por clarear o espaço do campesinato nas disputas econômicas.

Observar esta conjuntura na perspectiva marxista faz-se necessária para percebermos a atualidade dessas contribuições para a leitura de mundo em uma sociedade de classes. Por essa razão, estudar o capitalismo no Brasil, as suas peculiaridades e como o campesinato, classe incômoda, galga um espaço que, dentro da teoria hegemônica marxista, é destinado apenas ao proletariado contribui para diversificar os estudos sobre a economia brasileira.

Esta pesquisa busca vislumbrar um pequeno recorte em um contexto político e social muito demarcado. A proletarianização deste grupo não pode ser pensada dentro dos moldes

tradicionais, afinal, esta acontece enquanto o capital ainda está em processo de desenvolvimento, já que é a condição primária para que o trabalhador expropriado tenha apenas sua força de trabalho como oferta. É um processo lento, mas substancial para que se pense um capitalismo desenvolvido. No Brasil, contudo, as peculiaridades de nossa condição histórica permitiu a existência de um capitalismo desenvolvido que, com os seus tentáculos, explora de modo não-convencional, mas ainda sim eficiente.

Personagens como Bubu são essenciais para entender o contexto social trabalhado neste estudo, uma vez que vivenciaram esse período e comentaram em seus relatos as transformações das relações de trabalho no mundo rural. A saída de Bubu do Engenho deu-se por inúmeros motivos, mas principalmente pelo que já trabalhamos: a impossibilidade de ter um sítio para si, como ele mesmo falou: “Quando a gente ia pedir sítio... eles dizia não, tudo pro eito” (Feaca, 1988 *apud* Montenegro, 2019, p. 244).

O pedido massivo pela extinção do *cambão* é fruto de um questionamento que está relacionado a esta conjuntura, que denota a perda de autonomia do camponês. Este que sente materialmente e deposita no fim do *cambão* a resolução desta agonia que é sentida tanto física e mentalmente. Defendo, por esse motivo, a ideia de que o *cambão* é colocado como a bandeira de um contexto construído pelo capitalismo em seu processo de mudança durante sua atuação no mundo rural.

Por fim, ainda que essa luta tenha sido travada de forma desigual, o camponês, mesmo um espaço historicamente violento, armou-se de coragem para questionar não apenas o *senhor de engenho*, mas toda a estrutura agrária brasileira. Pessoas como Lao que colocaram suas vidas em risco pela esperança de que haverá um futuro melhor, de que o desejo que seus filhos estudem e tenham dignidade não seja inacreditável e de que na morte tenham, ao menos, como enterrar seus entes. Camponeses que, novamente como Lao, aspiraram algo que parecia impossível: a liberdade.

REFERÊNCIAS

Fontes

Diario de Pernambuco

Diario de Pernambuco. 154ª ed., 1946. Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional

Diario de Pernambuco. 187ª (a) ed., 1956. Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional

Diario de Pernambuco. 51ª ed., 1958. Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional

Diario de Pernambuco. 111ª ed., 1946. Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional

Diario de Pernambuco. 273ª ed., 1959. Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional

Liga

Liga. Ano I, 10ª ed., 1962. Hemeroteca Luta Pela Terra. Armazém da Memória.

Liga. Ano I, 11ª ed., 1962. Hemeroteca Luta Pela Terra. Armazém da Memória.

Jornal do Commercio

Jornal do Commercio. 129ª ed., 1958. Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional.

Entrevistas

Entrevista de Cícero Anastácio da Silva. In: SILVA, Reginaldo José da. **A cartilha do camponês, o documento “BENÇA, MÃE!” e sua recepção pela Liga Camponesa do Engenho Galileia**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pernambuco, 2015. [Transcrição incluída no anexo].

Entrevista de João Lopes da Silva. In: MONTENEGRO, Antônio Torres. **Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

Bibliografia

- ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier de. **O Estado e a agroindústria canavieira do nordeste oriental: modernização e proletarização**. 1990. Tese de Doutorado em Geografia Humana — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990. doi: 10.11606/T.8.1990.tde-06122022-130815.
- AZZAM, Youssef. **O papel político do campesinato no pensamento de Eric Hobsbawm**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Humanidades, Universidade Estadual de Campina Grande. Campina Grande, 2009. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/8455>. Acesso em: 26 de outubro de 2024.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRAZIL - The Troubled land**. Produção e direção de Helen Jean Rogers. Recife: ABC Studios, 1961.
- FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. 2016. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: repositorio.ufpe.br. Acesso em: 8 mar. 2025.
- FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. São Paulo: Expressão Popular, 2023
- FRANK, Andre Gunder. **A Agricultura Brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo - 1964**. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda - 1960-1980**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2020.
- GALILEIA, Zito da. **A história das ligas camponesas: testemunho de quem a viveu**. Recife: Cepe, 2016.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- HINO DO CAMPONÊS**. Letra de Julião; música de Geraldo Menucci. Recife: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, 2005. 1 CD.
- JULIÃO, Francisco. **Cambão: a face oculta do Brasil**. Recife. Bagaço: 2013.
- JULIÃO, Francisco. **Que são as ligas camponesas?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1997.

Laboratório de História e Memória. **Trabalho, direitos e lutas**. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e5iqmreFuY4> . Acesso: 27 de nov. de 2024.

LESSA, Sérgio. Alienação e Estranhamento. **Revista GESTO-Debate**, Campo Grande, v. 16, n. 01, p. 01-30, dezembro, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/gestodebate/article/view/17064>. Acesso em: 14 de nov. de 2024.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos** [1844]. Tradução de Jesus Ranieri. 1. ed., 2ª reimpressão. São Paulo : Boitempo, 2004

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MORAES, Betânia; et. al. A categoria trabalho em Marx e Engels: uma análise introdutória de sua legalidade onto-histórica. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, Fortaleza, ano 2, n. 2, p. 36-47, março, 2010. Disponível em: <https://www.armadacritica.ufc.br>. Acesso em: 14 de nov. de 2024

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

PORFÍRIO, Pablo. **Pernambuco em perigo: pobreza, revolução e comunismo (1959–1964)**. 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política**. São Paulo: Boitempo, 2021.

ROCHA JUNIOR, Deusdedit Alves. A interpretação pecebista do Brasil. **Universitas. História** (UNICEUB) , v. 3, p. 1-14, 2006.

SILVA, Reginaldo José da. **A cartilha do camponês, o documento “BENÇA, MÃE!” e sua recepção pela Liga Camponesa do Engenho Galileia**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. 4. ed. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 1987. v. 1.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.